COFECON

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

MISSÃO

Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país e assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista.

VISÃO

Ser referência como entidade profissional que contribui de forma decisiva para o desenvolvimento econômico com justiça social.

Presidente
Júlio Miragaya

Vice-Presidente
Nei Jorge Correia Cardim

Conselheiros Efetivos
Antonio Melki Júnior
Bianca Lopes de Andrade Rodrigues
Denise Kassama Franco do Amaral
Eduardo José Monteiro da Costa
Felipe Macedo de Holanda
Henri Wolf Bejzman
Jin Whan Oh
Júlio Miragaya
Nei Jorge Correia Cardim
Nelson Pamplona da Rosa
Paulo Brasil Corrêa de Mello
Paulo Hermance Paiva
Paulo Salvatore Ponzini
Pedro Andrade de Oliveira
Róridan Penido Duarte
Sérgio Guimarães Hardy
Waldir Pereira Gomes
Wellington Leonardo da Silva

Conselheiros Suplentes
Arthur Nemrod Menezes Guimarães
Carlos Alberto Safatle
Eduardo Rodrigues da Silva
Evaldo Filho
Fernando da Silva Ramos Filho
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Henrique Jorge Medeiros Marinho
Lourival Batista de Oliveira Júnior
Marcelo Pereira Fernandes
Maria de Fátima Miranda
Maria do Socorro Erculano de Lima
Maurílio Procópio Gomes
Paulo Roberto Polli Lobo
Regina Lúcia Gadioli dos Santos
Ricardo Valério Costa Menezes
Sebastião Demuner
Virgílio Pacheco de Araújo Neto *(in memorian)*
Wilson Roberto Villas Boas Antunes

Corpo Funcional

Superintendente: Aline Tales Ferreira.
Assessoria da Presidência: Jane Lopes da Silva e Thiara de Oliveira Lima; estagiárias: Laís Umbelino Ferreira e Thaís Marques Lacerda.
Apoio Administrativo: Daniel Nunes de Oliveira, Danielle Costa Barbosa Girotto e Lilian de Souza Barbosa.
Economista: Maria Aparecida Carneiro.
Procuradoria Jurídica: Advogados: Fábio Ronan Miranda Alves e Marília Andrade Rosa Abrantes; estagiários: Amauri Godoi Cardoso e Ingryd Lorrane Araújo Rocha.
Contabilidade: Contador: Antonio Tolentino; Técnico em Contabilidade: José Luiz Pereira Barboza.
Comunicação: Natália Lepsch Kenupp Batista, Manoel José Castanho e Júlio César Poloni de Góes.
Tecnologia da Informação: Fernando Athaíde Nóbrega Filho, Alexandre Café Rodrigues e Danyel Willian Santos Teófilo; estagiários: Ramon Dias de Oliveira Almeida e Bianca Alves Nogueira.
Licitação e Departamento de Pessoal: João Henrique Vieira Costa e Ana Claudia Ramos Pinto.
Serviços Administrativos: Edna Barroso Machado; estagiários: Bruna Lopes, Mylena Teciane do Nascimento Gomes, Oliver Sousa Alves.

Índice

Mensagem da Presidência 5

1. Ações do Sistema Cofecon/Corecons

1.1 Campanha pela Redução da Desigualdade Social no Brasil 6

1.2 Atualização da Legislação Profissional 6

1.3 Comissões de Trabalho 8

1.4 Grupos de Trabalho 11

1.5 Sessões Plenárias 14

1.6 Realização de eleições eletrônicas 18

1.7 Perícia Econômico-Financeira 18

1.8 VI e VII Programas de Recuperação de Créditos 19

1.9 Auxílios e Doações a Conselhos 20

2. Ações Internas

2.1 Procuradoria Jurídica 21

2.2 Atendimento aos Regionais 22

2.3 Processamento de Informações 22

2.4 Compras e Licitações 22

2.5 Informações Econômico-Financeiras 23

3. O Cofecon e a Mídia

3.1 Assessoria de Imprensa 25

3.2 Inserção do Cofecon na mídia nacional 25

3.3 Revista Economistas 26

3.4 Campanha do Dia do Economista 27

3.5 Desafio Quero Ser Economista 29

4. Eventos

4.1 Internacionais 30

4.2 Nacionais 30

4.3 Regionais 33

4.4 Estaduais/Locais 34

5. Audiências com autoridades

5.1 Audiências institucionais 37

5.2 Audiências Públicas 37

6. Participações

6.1 Participações em Congressos 39

6.2 Participações em Palestras, Seminários e Debates 40

7. Notas Oficiais

7.1 Nota da Presidência do Cofecon sobre a Reforma da Previdência 45

7.2 Nota do Cofecon sobre a PEC da Reforma da Previdência 46

7.3 Nota da Presidência do Cofecon sobre a participação da mulher na economia 47

7.4 Nota do Cofecon sobre a Reforma Trabalhista 48

7.5 Por uma Previdência Social Justa e Ética 48

7.6 Nota sobre o agravamento da crise político-institucional brasileira 49

7.7 Afastar Temer, sustar a agenda de "Reformas" e realizar eleições diretas, passos indispensáveis para a retomada da economia 50

7.8 Nota sobre Política Industrial e de Inovação 51

7.9 Carta de Belo Horizonte – 22º Congresso Brasileiro de Economia – Manifesto em defesa do desenvolvimento econômico, justiça social e democracia 52

7.10 A importância da regulamentação das compensações aos estados pelas perdas com a Lei Kandir 53

Conselhos Regionais de Economia **54**

A condução do Conselho Federal de Economia em 2017 foi bastante difícil e complexa. Tratou-se de um ano em que a atividade econômica do País buscava sair, de forma titubeante, de uma profunda crise; em que os indicadores sociais continuaram se deteriorando; e em que a crise política se agudizou de forma extraordinária.

Nesse contexto, conduzir o Cofecon em 2017 foi um grande desafio, dado o impacto da crise na categoria, que mais uma vez teve decréscimo no número de economistas registrados, com forte consequência na receita da autarquia, além dos problemas orçamentários gerados pelo não repasse da cota-parte pelo principal Conselho Regional de Economia, o Corecon-SP.

Não obstante todos os obstáculos, logramos êxito em todas as nossas atividades, culminando com a realização do maior congresso de nossa história, o XXII Congresso Brasileiro de Economia (CBE), em Belo Horizonte.

Nossa gratidão a todos os integrantes do Sistema Cofecon/Corecons, conselheiros federais, conselheiros regionais e funcionários, fundamentais para nossas realizações que são apresentadas neste relatório.

Júlio Miragaya
Presidente

Nei Jorge Correia Cardim
Vice-Presidente

1.1 Campanha pela Redução da Desigualdade Social no Brasil

A Campanha pela Redução da Desigualdade Social no Brasil foi uma das prioridades da gestão 2017 do Cofecon. Os trabalhos tiveram início no ano anterior, quando diversas entidades foram convidadas a participar do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social e a campanha foi estruturada em cinco eixos: reforma tributária; preservação e ampliação dos direitos sociais; políticas públicas de valorização do trabalho; foco na educação; e destinação do orçamento para atender prioritariamente as demandas sociais.

Já nos primeiros dias de 2017 os trabalhos continuaram, com uma visita do presidente Júlio Miragaya ao secretário-geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Leonardo Steiner. Miragaya apresentou a campanha e falou sobre o apoio de entidades como a Oxfam e a Auditoria Cidadã da Dívida. Dom Leonardo, por sua vez, afirmou que a CNBB se preocupa com o assunto e que os eixos centrais da Campanha apresentada por Miragaya são vitais e que estão alinhados com o que têm sido discutido na instituição. "Organizamos grupos de reflexão em diversos âmbitos para debatermos as principais questões do Brasil. Infelizmente, não estamos vendo saída porque não há diálogo entre governo e sociedade", comentou.

Durante um período de 90 dias o hotsite da campanha na internet recebeu sugestões para incorporar a um projeto de iniciativa popular a ser apresentado junto ao Congresso Nacional.

O evento de lançamento da campanha ocorreu no dia 11 de maio, com mais de 300 pessoas lotando o auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados. Doze parlamentares de cinco partidos diferentes marcaram presença, além de 30 dirigentes de entidades nacionais e locais. Em suas falas, os parlamentares destacaram a necessidade de construir um país mais justo e afirmaram que o combate à desigualdade é a grande reforma que o país necessita. Foram realizadas duas apresentações técnicas, uma de Fernando Gaiger (IPEA) e outra de Rafael Georges (Oxfam). Em seguida a palavra foi franqueada às entidades que fazem parte da campanha.

Após o ato, Miragaya afirmou que a luta pela desigualdade "é uma ansiedade do povo brasileiro, que quer uma sociedade melhor e mais justa. Temos a convicção de que levaremos ao povo esta sensibilização, de que passaremos um projeto de um novo modelo tributário em que os ricos paguem impostos e que os trabalhadores sejam aliviados".

Em linha com o primeiro eixo da campanha, no dia 12 de dezembro foi realizado o seminário Desigualdade Social e Sistema Tributário. O evento ocorreu no Teatro dos Bancários, em Brasília, e contou com a participação de especialistas e parlamentares para debater questões relativas ao assunto. Em sua fala de abertura, Júlio Miragaya destacou que "o seminário sela o casamento entre o Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social no Brasil e o Grupo de Trabalho da Reforma Tributária, composta por entidades como a Anfip e a Fenafisco". Afirmou ainda que a proposta de reforma tributária do governo federal e a emenda constitucional que limita os gastos do governo "estão umbilicalmente ligadas e fazem parte de um mesmo projeto".

O passo seguinte a ser dado é a capilarização da campanha para todos os estados do Brasil, com a formação de núcleos locais do Fórum pela Redução da Desigualdade Social no Brasil.

1.2 Atualização da legislação profissional

A atualização da legislação profissional do economista é uma questão prioritária para o Cofecon. A tramitação do Projeto de Lei do Senado 658/2007 não tem sido fácil porque profissionais de outros campos que possuem algumas atividades em comum com os economistas – como é o caso dos contadores e administradores – também estão tentando atualizar suas legislações. A última tramitação data de 2015 e o relator da matéria é o senador

Romero Jucá. Num primeiro momento, Jucá buscou conciliar as diferenças entre o que almejam os representantes de cada uma das profissões.

No dia 8 de fevereiro o presidente do Cofecon recebeu o presidente do Conselho Federal de Administração, Wagner Siqueira, para tratar dos projetos de lei que regulamentam as profissões de economista e administrador. "O que nos aproxima é maior do que aquilo que nos divide", afirmou Júlio Miragaya. "Acredito que as nossas diferenças são pequenas, e o Plenário do Cofecon tem esse entendimento. Temos divergências pontuais em relação ao projeto de lei dos administradores, que podem ser discutidas para entrarmos em um consenso sem que ninguém saia prejudicado". Também participaram da reunião, pelo Cofecon, o presidente do Corecon-DF, Mário Sérgio Fernandez Sallorenzo; o conselheiro federal Róridan Duarte; a superintendente Aline Tales Ferreira; e o procurador-chefe Marcus Vilmon; pelo CFA, estiveram presentes o vice-diretor administrativo e financeiro, Rogério Ramos, e o assessor parlamentar Jenner de Morais.

No dia 09 de março, os presidentes dos dois Conselhos voltaram a reunir-se, acompanhados de assessores técnicos, desta vez na sede do CFA. Durante a reunião, foram discutidos os pontos divergentes entre cada profissão e contidos no projeto de lei, entre eles a elaboração de planejamento estratégico, orçamentos e a atuação na área de mediação e arbitragem. Houve avanços na discussão, devendo cada conselho fazer adequações nos textos de acordo com o que foi conversado.

Nova reunião na sede do CFA ocorreu no dia 25 de abril, com as presenças dos dois presidentes. O Cofecon também esteve representado pelo ex-presidente Paulo Dantas da Costa, pelo conselheiro Róridan Duarte e pelo procurador-chefe Marcus Vilmon. Após observar pontos que poderiam ser alterados nos projetos de lei, decidiu-se que as comissões de cada Conselho iriam aprofundar a discussão sobre o assunto e reunir-se posteriormente.

No dia 25 de setembro o presidente do Cofecon esteve no gabinete da deputada federal Simone Morgado, onde foi recebido pela assessora Rafaela Brito para elucidar dúvidas sobre o projeto de lei que atualiza a legislação profissional dos contadores. A matéria, de autoria da deputada, atribui a eles algumas atividades que são privativas dos economistas. Miragaya afirmou à assessora que tanto o Cofecon quanto o Conselho Federal de Administração (CFA) têm se reunido para tratar dos projetos de lei que regulamentam as duas profissões, com o objetivo de que sejam definidas claramente as áreas de atuação. "Nosso intuito é apresentar à deputada nossa preocupação com o projeto de lei de sua autoria, o que entendemos que deve ser privativo dos economistas e o que pode ser compartilhado entre as três profissões: economia, administração e contabilidade", afirmou. Ficou acordado que o Cofecon apresentaria uma nota técnica à deputada, para posteriormente agendar uma reunião entre a deputada e representantes dos três conselhos. Também participaram da reunião a superintendente Aline Tales Ferreira; o gerente-executivo do Corecon-DF, Daniel Soares; e o assessor Angeilton Lima Faleiro.

No dia 21 de novembro o Cofecon foi representado pelo presidente do Corecon-DF, Mário Sérgio Sallorenzo, em audiência com o deputado federal Laércio Oliveira, relator do projeto que atualiza a legislação dos contadores. Sallorenzo esteve acompanhado da superintendente Aline Tales Ferreira e de representantes do Conselho Federal de Administração. O deputado prometeu debruçar-se sobre o projeto e conversar com representantes das três categorias. "Não darei nenhum passo em relação a este assunto sem antes consultá-los. Vamos tentar um consenso, construindo um relatório que respeite o pensamento de todos", afirmou Laércio Oliveira.

No dia 23 de novembro representantes do Cofecon foram recebidos na sede do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para tratar do projeto de lei. Júlio Miragaya esteve acompanhado do presidente do Corecon-DF e da superintendente; pelo CFC estiveram presentes o presidente, José Martonio Alves Coelho; o vice-presidente técnico, Zulmir Ivânio Breda; e o vice-presidente político-institucional, Joaquim de Alencar Bezerra Filho. No encontro, foi decidido que o CFC também designará representantes para que participem das reuniões técnicas com o CFA e o Cofecon a fim de analisar os projetos de lei, verificando o que pode ser aprimorado em consenso com as duas categorias.

1.3 Comissões de Trabalho

Comissão de Tomada de Contas

Atribuições: Acompanhar as demonstrações de receita e despesa do Cofecon, conferindo a regularidade das despesas efetivadas, inclusive dos bens patrimoniais permanentes. Exercer o papel de controle interno do Sistema, emitindo pareceres conclusivos sobre registros, prestação de contas e balancetes trimestrais do Sistema Cofecon/Corecon.

Componentes: Efetivos: Wellington Leonardo da Silva (presidente), Paulo Brasil Corrêa de Mello e Paulo Hermance Paiva. Suplentes: Antônio Melki Júnior, Fernando da Silva Ramos Filho e Paulo Roberto Polli Lobo. Interfaces: Antônio Tolentino e José Luiz Pereira Barboza.

Atividades: Nas sessões plenárias realizadas em 2017 foram relatados e aprovados diversos processos contábeis que a seguir são citados de forma agregada:

Descrição	Quantidade
Balancetes trimestrais	72
Prestações de Contas Anual	21
Propostas Orçamentárias	31
Reformulações Orçamentárias	16
Prestações de Contas de Auxílio Financeiro	15
Total	**155**

Comissão de Licitação

Atribuições: Efetivar os processos de aquisição de bens e de contratação de serviços, de acordo com os parâmetros definidos pela Lei Federal nº 8.666/93.

Componentes: Efetivos: Paulo Brasil Corrêa de Mello (presidente), João Henrique Vieira Costa e Marília Andrade Rosa Abrantes. Suplentes: Eduardo Rodrigues da Silva, Ana Claudia Ramos Pinto e Fábio Ronan Miranda Alves. Interfaces: Ana Claudia Ramos Pinto e João Henrique Vieira Costa.

Atividades: Os processos licitatórios trabalhados em 2017 estão listados no item 2.4 deste Relatório.

Comissão de Política Econômica

Atribuições: Pesquisar, discutir e promover a participação efetiva dos economistas no desenvolvimento econômico do país e sua inserção na economia mundial. Posicionar-se sobre os impactos das políticas econômicas. Elaborar estudos e avaliações referentes à situação da desigualdade na distribuição espacial da renda no Brasil, possíveis avanços e suas causas. Estimular a publicação de artigos relacionados ao tema nos sites e nas publicações do Sistema Cofecon/Corecon e avaliar a edição pelo Cofecon de uma coletânea sobre o tema, com artigos elaborados pelos Corecons.

Componentes: Carlos Alberto Safatle, Eduardo José Monteiro da Costa, Eduardo Moreira Garcia, Fábio José Ferreira da Silva, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Felipe Macedo de Holanda, Henrique Jorge Medeiros Marinho, Jin Whan Oh, Júlio Miragaya, Newton Marques da Silva, Paulo Brasil Corrêa de Mello, Roberto Bocaccio Piscitelli, Sérgio Guimarães Hardy, Waldir Pereira Gomes e Wellington Leonardo da Silva. Interfaces: Maria Aparecida Carneiro e Thiara de Oliveira Lima.

Atividades: A Comissão ampliou a participação do Cofecon no debate nacional a partir da elaboração de cartas e notas oficiais. Os documentos foram divulgados em coletivas de imprensa para os maiores veículos do País. As Cartas e Notas estão no capítulo 7 deste Relatório. A Comissão também organizou debates de conjuntura econômica durante as Sessões Plenárias ao longo do ano. Os temas e os debatedores podem ser vistos na tabela a seguir.

Data	Debatedores
03/02	Denise Gentil e Arnaldo Lima. Tema: Reforma da Previdência Social.
25/03	Pablo Rolim Carneiro e Antonio Melki Junior. Tema: Reforma trabalhista.
14/07	Fernando de Aquino Fonseca Neto e Jackson de Toni. Tema: Política industrial.

Data	Debatedores
02/12	Gabriel Leal de Barros e Pedro Garrido da Costa Lima. Tema: Política Fiscal.

Subcomissão de Previdência Social

Atribuições: Promover o diálogo entre Cofecon e organizações da sociedade civil com foco na realização de ações e propostas que apresentem uma alternativa à Reforma da Previdência Social e responder pelo Conselho Federal de Economia nas demandas de mídia e de eventos que surgirem sobre o tema.

Componentes: Júlio Flávio Gameiro Miragaya (Coordenador), Antonio Melki Junior, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Dércio Garcia Munhoz, José Luiz Pagnussat, Roberto Bocaccio Piscitelli, Newton Marques e Evilásio Salvador. Interfaces: Maria Aparecida Carneiro e Thiara de Oliveira Lima.

Atividades: O presidente do Cofecon, Júlio Miragaya, reuniu-se no dia 7 de fevereiro com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cláudio Lamachia. Na ocasião, decidiram concentrar esforços na discussão de alternativas à proposta de Reforma da Previdência Social, com a possibilidade de realização de ações em conjunto. Miragaya apresentou a nota oficial do Cofecon sobre a Reforma da Previdência Social, que vai ao encontro do posicionamento adotado pela OAB.

Comissão de Educação

Atribuições: Organizar e promover o Prêmio Brasil de Economia, Personalidade Econômica do Ano e Gincana Nacional de Economia. Promover mecanismos que estreitem a relação do Cofecon com as universidades e as escolas de economia do país, assim como os cursinhos e escolas de ensino médio. Articulação e participação, junto a outras entidades, no acompanhamento das diretrizes curriculares do curso de economia no país.

Componentes: Denise Kassama Franco do Amaral (Coordenadora), André Luis Braga Rodrigues dos Santos, Celina Martins Ramalho, Eduardo José Monteiro da Costa, Eduardo Rodrigues da Silva, Henri Wolf Bejzman, Marcelo Pereira Fernandes, Maria do Socorro Erculano de Lima, Sérgio Guimarães Hardy e Simone Magalhães. Interfaces: Jane Lopes da Silva, Thiara de Oliveira Lima e Lilian de Souza Barbosa.

Atividades: O XXIII Prêmio Brasil de Economia reconheceu o trabalho técnico dos economistas em cinco categorias: monografia de graduação, dissertação de mestrado, tese de doutorado, artigo técnico/científico e livro de economia. Ao todo, foram distribuídos R$ 26 mil em prêmios. A solenidade de entrega aconteceu na noite de 06 de setembro, durante o XXII Congresso Brasileiro de Economia, realizado em Belo Horizonte.

Nos dias 7 e 8 de setembro foi realizada, também na capital mineira, a VII Gincana Nacional de Economia, que contou com a participação de 27 duplas de estudantes de várias partes do Brasil. Durante dois dias elas se enfrentaram em um jogo eletrônico que simula decisões macroeconômicas e testa conhecimentos de economia. Ao todo foram distribuídos R$ 7,2 mil em prêmios. O primeiro lugar coube aos catarinenses Johny Willian Monteiro e Franklin Carlos Zummach, da Universidade Regional de Blumenau.

Comemorando os 200 anos da publicação da obra Princípios de Economia Política e Tributação, de David Ricardo, e os 150 anos da publicação do primeiro volume de O Capital, de Karl Marx, o Cofecon realizou um concurso de resenhas em parceria com a ANGE. Danne Vieira Silva (UFVJM/MG) e Pedro Rubin Costa (UFRJ), respectivamente, foram os premiados pela melhor resenha de cada livro.

De 10 de julho a 09 de agosto foi realizada na internet a segunda edição do Desafio Quero Ser Economista, uma iniciativa que teve o objetivo de introduzir conceitos econômicos básicos ao campo de conhecimento de alunos do Ensino Médio, a fim de esclarecer a profissão de economista e a atuação desses profissionais no mercado de trabalho. Cerca de 350 estudantes participaram do jogo. No período compreendido entre o início da divulgação e a conclusão do Desafio, a página "Quero ser economista", que serve de apoio ao projeto, ganhou 1.143 novos seguidores. Os posts do jogo alcançaram, ao todo, mais de 250 mil pessoas e tiveram aproximadamente 30 mil interações (curtidas, comentários e compartilhamentos). Os três melhores colocados foram premiados com um notebook, um smartphone e um tablet, respectivamente.

Comissão de Comunicação

Atribuições: Aperfeiçoar os mecanismos de comunicação do Sistema Cofecon/Corecons e a comunicação interna, inserindo-o na agenda econômica e na mídia nacional e nos Estados. Revisar os mecanismos da página do Cofecon na Internet. Produzir a revista do Cofecon.

Componentes: Waldir Pereira Gomes (coordenador), Denise Kassama Franco do Amaral, Gilson Lima Garófalo, Jin Whan Oh, Júlio Miragaya, Maria do Socorro Erculano de Lima e Wellington Leonardo da Silva. Interfaces: Natália Kenupp, Manoel Castanho e Júlio Poloni.

Atividades: O setor de comunicação trabalhou em diversas frentes no ano de 2017. Algumas das atividades de rotina foram: manutenção do site do Cofecon na internet e das redes sociais; divulgação e cobertura de eventos; monitoramento de notícias referentes à autarquia; encaminhamento de entrevistas e artigos para a grande imprensa; colaboração em projetos do Sistema Cofecon/Corecons; elaboração da revista Economistas. Ao longo do ano, o Cofecon teve 1.250 inserções espontâneas na mídia. Mais informações sobre a área estão descritas no capítulo 3 deste Relatório.

Comissão de Planejamento Estratégico, Modernização e Qualidade de Gestão

Atribuições: Consolidar a efetivação do Planejamento Estratégico do Conselho com vistas ao fortalecimento operacional do Sistema. Aperfeiçoar o Setor de Tecnologia da Informação (TI), com vistas à modernização da estrutura administrativa não só do Cofecon como também do fortalecimento do próprio Sistema.

Componentes: Jin Whan Oh (coordenador), Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, Maria do Socorro Erculano de Lima, Nelson Pamplona da Rosa, Pedro Andrade de Oliveira, Róridan Penido Duarte, Sérgio Guimarães Hardy e Wilson Roberto Villas Boas Antunes. Interfaces: Aline Tales Ferreira, Fernando Athaide Nóbrega Filho, Alexandre Café Rodrigues.

Atividades: A Comissão verificou a necessidade de substituir os sistemas de informática utilizados para contabilidade, devido a alterações nas regras contábeis, e para cadastro. Foi votada a contratação de um novo sistema, bem como de um consultor para auxiliar na elaboração do termo de referência e no processo licitatório.

Outro tema importante foi a mudança do domínio do site do Cofecon (de org.br para gov.br), bem como a construção de um novo site na plataforma Wordpress. Tais ações foram necessárias porque o site do Cofecon na internet vinha sendo alvo de vários ataques externos. A plataforma Wordpress, além de ser de uso mais fácil, também apresenta uma melhor evolução do que a utilizada anteriormente.

Comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar

Atribuições: Acompanhar a aplicação de normas e procedimentos do Sistema Cofecon/ Corecon. Revisar e atualizar a Consolidação da Legislação da Profissão do Economista. Acompanhar os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que são do interesse dos economistas brasileiros, com apoio da assessoria parlamentar.

Componentes: Antonio Melki Jr. (Coordenador), Nei Jorge Correia Cardim, Paulo Dantas da Costa, Pedro Afonso Gomes, Róridan Penido Duarte e Wilson Roberto Villas Boas Antunes. Interfaces: Aline Tales Ferreira, Marcus Vilmon Teixeira dos Santos, Fábio Ronan Miranda Alves, Marília Andrade Rosa Abrantes e Danielle Costa Barbosa Girotto.

Atividades: A Comissão abordou, em 2017, diversos temas que dizem respeito à legislação e às normas que regem a categoria dos economistas. Merece destaque a participação da CNLAP, por intermédio de um de seus membros, em Grupo de Trabalho específico, em conjunto com a Presidência, formado com o objetivo de estabelecer entendimentos com os dirigentes do Conselho Federal de Administração (CFA) acerca dos projetos de lei de ambas as categorias em tramitação no Congresso Nacional, na busca da harmonização das atividades das profissões e respectivos campos de atuação.

Em relação às normas internas, foram estabelecidas diretrizes para orientar a revisão dessas normas e que deverá culminar com uma nova Consolidação, sendo estimada a sua finalização em 2018.

Uma vez que a revisão será um trabalho extenso, foram necessárias alterações pontuais para atendimento de situações que se apresentavam. Para isso foram editadas resoluções modificando alguns dispositivos do Manual de Arrecadação, do Manual de Procedimentos Contábeis e Financeiros, o de Registros e também o Modelo de Regimento Interno dos Corecons. Nessa linha, deve-se ressaltar a resolução que definiu um novo regramento para o processo eleitoral no âmbito dos Conselhos de Economia.

Foram analisados ainda várias demandas dos Conselhos Regionais relacionadas com as normas do Sistema Cofecon/Corecons, em especial o atendimento a edição de resolução implantando um novo programa de recuperação de créditos, tornando também permanente a possibilidade de negociação de débitos já ajuizados.

Comissão de Fiscalização e Registro Profissional

Atribuições: Acompanhar a fiscalização em todo o Sistema Cofecon/Corecon. Acompanhar e verificar as condições do exercício da profissão de economista e as habilitações para o registro do profissional. Apreciar e relatar os processos relativos à atividade-fim de registro e fiscalização.

Componentes: Pedro Andrade de Oliveira (Coordenador), Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, Nelson Pamplona da Rosa, Paulo Hermance Paiva. Interfaces Cofecon: Maria Aparecida Carneiro, Daniel Nunes de Oliveira, Danielle Costa Barbosa Girotto e Lilian de Souza Barbosa.

Atividades: Em 2017, a Comissão analisou, ao todo, 86 processos, sendo: 17 sobre remissão de débitos; 37 que dizem respeito aos pedidos de cancelamento de registro de pessoas físicas e jurídicas; 31 de fiscalização de exercício ilegal da profissão; e um de suspensão de registro profissional.

Comissão de Desenvolvimento Regional

Atribuições: Apoiar a realização de seminários e encontros nacionais e regionais sobre a questão do desenvolvimento regional. Participar de eventos nacionais e regionais relacionados ao tema. Promover a avaliação das políticas públicas que tratam da questão regional, considerando seus diversos aspectos: desenvolvimento, planejamento e ordenamento territorial.

Componentes: Eduardo José Monteiro da Costa (Coordenador), Avenilson Gomes da Trindade, Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, Denise Kassama Franco do Amaral, Felipe Macedo de Holanda, Júlio Miragaya e Paulo de Tarso Guilhon. Interface: Maria Aparecida Carneiro e Thiara de Oliveira Lima.

Atividades: Por sugestão da Comissão de Desenvolvimento Regional, o Cofecon emitiu uma nota oficial sobre "A importância da regulamentação das compensações aos estados pelas perdas com a Lei Kandir".

1.4 Grupos de Trabalho

GT Sede dos Regionais

Atribuições: Atuar junto às Superintendências do Patrimônio da União nos Estados visando a cessão de imóveis para instalação dos Conselhos Regionais que não possuem sede própria, ou que não dispuserem de sede adequada para a execução de suas atividades-fim.

Componentes: Sebastião Demuner (Coordenador), Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, Paulo Hermance Paiva, Paulo Salvatore Ponzini e Pedro Andrade de Oliveira. Interfaces: Danielle Costa Barbosa Girotto e Lilian de Souza Barbosa.

Atividades: As tratativas com as Superintendências de Patrimônio da União nos estados deram fruto em Mato Grosso do Sul. O Regional teve sua nova sede entregue no dia 15 de dezembro pela SPU-MS. A cessão foi feita pelo período de 10 anos e pode ser estendida por tempo indeterminado, desde que cumpra seu objetivo principal, que é o funcionamento do Corecon. O senador Pedro Chaves, economista graduado pela PUC-Campinas, teve uma participação importante neste processo, pois a sede havia sido colocada em leilão, mas não houve lances. Chaves intercedeu junto ao presidente Michel Temer e ao ministro Eliseu

Padilha, o que resultou num desfecho favorável ao Corecon-MS.

GT Voto Eletrônico

Atribuições: Realizar estudos visando a proposição de melhorias no sistema de votação eletrônico, objetivando sua implantação em todos os Conselhos Regionais de Economia.

Componentes: Paulo Salvatore Ponzini (Coordenador), Antonio Melki Junior e Jin Whan Oh. Interfaces: Aline Tales Ferreira e Alexandre Café Rodrigues.

Atividades: A votação para eleger novos conselheiros regionais em todo o país foi realizada nos dias 30 e 31 de outubro, por meio do site www.votaeconomista.org.br. A eleição foi submetida a uma auditoria independente, a fim de verificar possíveis tentativas de fraude e certificar que todos os requisitos de segurança foram cumpridos.

GT Mulher Economista

Atribuições: Aperfeiçoar a participação das economistas na economia brasileira bem como estimular a participação mais efetiva no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons. Pesquisar o perfil e área de atuação com maior participação das economistas e conhecer a estrutura do mercado de trabalho.

Componentes: Bianca Lopes de Andrade Rodrigues (Coordenadora), Denise Kassama Franco do Amaral, Maria do Socorro Erculano de Lima e Waldir Pereira Gomes. Interfaces: Danielle Costa Barbosa Girotto e Jane Lopes da Silva.

Fórum das Mulheres Economistas – XXII CBE

Atividades: Durante o XXII Congresso Brasileiro de Economia foi realizado o Fórum das Mulheres Economistas. A atividade ocorreu na manhã de 7 de setembro e foi organizada pela conselheira Bianca Rodrigues. As expositoras foram Denise Gentil (IE/UFRJ), Rosa Maria Marques (PUC/SP) e Tânia Cristina Teixeira (PUC/MG).

GT Estatísticas Econômicas

Atribuições: Elaborar um banco de dados com informações de natureza econômica que possa subsidiar as atividades dos Conselheiros. Elaborar proposta metodológica para a disponibilização sistemática de indicadores conjunturais e da percepção de tendências de comportamento das principais variáveis macroeconômicas pelo Cofecon para a categoria profissional dos economistas, setor empresarial e financeiro, acadêmicos de economia e setor público.

Componentes: Pedro Andrade de Oliveira (Coordenador), Denise Kassama Franco do Amaral, Eduardo José Monteiro da Costa, Jin Whan Oh, José Antonio Lutterbach Soares, Júlio Miragaya e Odisnei Antônio Béga. Interfaces: Maria Aparecida Carneiro e Fernando Athaide Nóbrega Filho.

Atividades: O Grupo de Trabalho Banco de Dados do Cofecon, com a colaboração do Núcleo de Estudos de Economia e Estatística - NEEE e com o suporte técnico do setor de Tecnologia da Informação, elaborou um conjunto de planilhas com os principais indicadores da economia brasileira. O trabalho está em fase de aprimoramento.

GT Perícia Econômico-Financeira

Atribuições: Realizar estudos visando a proposição de ações para fortalecer a atividade de Perícia Econômico-Financeira, divulgando-a entre profissionais e estudantes de Ciências Econômicas e tomadores de serviços, e definindo as exigências de capacitação técnica para a certificação de competência por especialidade (Consolidação, 4.3).

Componentes: Sérgio Guimarães Hardy (Coordenador), Henri Wolf Bejzman, Ricardo Valério e Simone Magalhães. Interfaces: Maria

Aparecida Carneiro e Fernando Athaide Nóbrega Filho.

Atividades: A capacitação dos peritos realizada pelo Cofecon por meio do Curso de Perícia encontra-se no capítulo 1.7 deste Relatório.

GT Responsabilidade Social

Atribuições: Estudar a implantação de programas de responsabilidade social e economia solidária no Sistema Cofecon/Corecons, de modo que suas ações gerem impacto positivo na sociedade.

Componentes: Denise Kassama Franco do Amaral (Coordenadora), Henri Wolf Bejzman, Maria do Socorro Erculano de Lima, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva e Thales de Souza Campos. Interfaces Cofecon: Jane Lopes da Silva, Thiara de Oliveira Lima e Daniel Nunes de Oliveira.

Atividades: A conselheira federal Denise Kassama, coordenadora do GT, recebeu no dia 13 de julho a visita do economista Ademar Bertucci, do Centro de Estudos e Assessoria (CEA) e da coordenadora de projeto da Fundação Grupo Esquel Brasil – Vencer Juntos, Barbara Schmidt Rahmer. O objetivo da reunião foi iniciar uma parceria voltada a ações de economia solidária. Para a coordenadora, os economistas devem contribuir para os processos de geração de renda em todo o País. "A atuação do economista em empreendimentos coletivos pode ser um diferencial que vai determinar se haverá geração de renda ou não. É importante que o Cofecon estimule a participação dos economistas não só como cidadãos, mas como instituição também; incentivando a criação de núcleos de economistas solidários que podem contribuir no âmbito municipal e estadual", observou Denise Kassama. Também participaram da reunião o conselheiro federal Paulo Ponzini e a assessora Thiara Lima.

GT Transparência

Atribuições: Conduzir o processo de estudos, aperfeiçoamento e disseminação da cultura de observância à transparência no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons.

Componentes: Henri Wolf Bejzman (Coordenador), Jin Whan Oh, Nei Jorge Correia Cardim e Pedro Andrade de Oliveira. Interfaces: Aline Tales Ferreira, Fernando Athaíde Nóbrega Filho, Alexandre Café Rodrigues e Danyel Willian Santos Teófilo.

Atividades: A resolução 1.976 regulamentou o acesso a informações no âmbito do sistema Cofecon/Corecons, a fim de atender a Lei 12.527 (Lei da Transparência). Desta forma, estabeleceu prazos e formas de atendimento ao disposto na legislação vigente, de forma a estabelecer uma cultura de transparência no âmbito do Sistema.

O setor de Tecnologia da Informação desenvolveu uma ferramenta para a implantação de portais de transparência e disponibilizou aos Corecons; além disso, o uso da plataforma e-SIC permite ao público requisitar informações específicas.

GT Redução dos Gastos do Cofecon

Atribuições: Analisar e implementar ações de redução dos Gastos do Conselho Federal de Economia.

Componentes: Jin Whan Oh (Coordenador), Nei Jorge Correia Cardim, Paulo Salvatore Ponzini. Interface: Aline Tales Ferreira

Atividades: O grupo de trabalho apresentou um estudo sugerindo ações para promover uma redução de gastos da ordem de R$ 991.000,00 (novecentos e noventa e um mil reais) no exercício de 2017.

GT Articulações com o CFA

Atribuições: Realizar articulações como CFA relativas ao andamento do PLS 658/2017.

Componentes: Júlio Flávio Gameiro Miragaya (Coordenador), Nei Jorge Correia Cardim, Mário Sérgio Fernandez Sallorenzo, Róridan Penido Duarte, Paulo Dantas da Costa, Paulo Salvatore Ponzini. Interfaces: Aline Tales Ferreira e Marcus Vilmon Teixeira dos Santos.

Atividades: As tratativas para atualizar a legislação profissional dos economistas e chegar a um entendimento com o CFA quanto às atividades privativas de economistas e administradores fazem parte do item 1.2 deste Relatório.

GT Absorção dos Cursos com Forte Conteúdo de Economia

Atribuições: Realizar estudos para a ampliação no quadro de registrados do Sistema Cofecon/Corecons, buscando absorver o registro de profissionais oriundos de outros cursos de bacharelado e tecnólogo com formação correlata ou presença de forte conteúdo de Economia.

Componentes: Denise Kassama Franco do Amaral (coordenadora), Antonio Melki Júnior, Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, Jin Whan Oh, Henrique Jorge Medeiros Marinho, Lourival Batista de Oliveira Júnior, Maria do Socorro Erculano de Lima, Waldir Pereira Gomes e Wellington Leonardo da Silva.

Atividades: A proposta de atividades do grupo foi apresentada durante a 681ª Sessão Plenária do Cofecon.

Conselho Editorial da Revista Economistas

Atribuições: Aprovar a pauta e avaliar o conteúdo da revista, aprovando ou não a sua publicação.

Componentes: Júlio Miragaya, Nei Jorge Correia Cardim, Róridan Penido Duarte, Denise Kassama Franco do Amaral, Waldir Pereira Gomes, Eduardo José Monteiro da Costa, Antonio Corrêa de Lacerda, Dércio Garcia de Munhoz, José Luiz Pagnussat, Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado, Sidney Pascoutto da Rocha, Luiz Alberto de Souza Aranha Machado, Jin Whan Oh e Wellington Leonardo da Silva.

Atividades: O grupo foi responsável por avaliar os textos submetidos à publicação nas edições da revista Economistas.

1.5 Sessões Plenárias

676ª Sessão Plenária

Resolução nº 1.962, de 06 de fevereiro de 2017
Altera dispositivo e atualiza os anexos do Normativo de Procedimentos para Registro de Profissionais junto aos Conselhos Regionais de Economia, aprovado pela Resolução nº 1.945, de 30 de novembro de 2015.

Resolução nº 1.963, de 06 de fevereiro de 2017
Dispõe sobre o Regulamento do XXIII Prêmio Brasil de Economia.

Resolução nº 1.964, de 06 de fevereiro de 2017
Aprova o Regulamento da VII Gincana Nacional de Economia - 2017.

Resolução nº 1.965, de 06 de fevereiro de 2017
Cria o VI Programa Nacional de Recuperação de Créditos no Sistema Cofecon/Corecons.

Resolução nº 1.966, de 06 de fevereiro de 2017
Aprova alterações de dispositivos da Resolução nº 1.880/2012, que trata do Normativo de Procedimentos para Registro de Pessoas Jurídicas junto aos Conselhos Regionais de Economia, dispõe sobre a obrigatoriedade de registro nos Conselhos Regionais de Economia das sociedades uniprofissionais e dos empresários individuais e dá outras providências.

Deliberação nº 4.873, de 6 de fevereiro de 2017
Homologa os processos administrativos apreciados na 676ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.874, de 6 de fevereiro de 2017
Conhecer e negar provimento ao recurso administrativo interposto pelo Sindicado dos Economistas do Estado do Paraná contra a decisão do Corecon-PR, que negou o fornecimento de informação de seus inscritos ao Requerente.

Deliberação nº 4.875, de 10 de fevereiro de 2017
Alterar o valor da função gratificada – Administração de Pessoal – constante no artigo 4º, I, Quadro 2, do Anexo I da Deliberação nº 4.851, de 11 de abril de 2016, que instituiu novo Normativo de Pessoal: Cargos e Funções de Livre Provimento do Conselho Federal de Economia.

677ª Sessão Plenária

Resolução nº 1.967, de 27 de março de 2017
Convalida os termos e os efeitos da Portaria nº 6, de 6 de fevereiro de 2017, que designou a composição da Comissão de Licitação do Conselho Federal de Economia para o exercício de 2017.

Resolução nº 1.968, de 27 de março de 2017
Convalida os termos e os efeitos da Portaria nº 5,

de 6 de fevereiro de 2017, que designou a composição da Comissão de Tomada de Contas do Conselho Federal de Economia para o exercício de 2017.

Resolução nº 1.969, de 27 de março de 2017
Aprova o Regulamento do Desafio Quero ser Economista - 2017.

Resolução nº 1.970, de 27 de março de 2017
Acrescenta o parágrafo 6º ao artigo 17 do Manual de Procedimentos Contábeis e Financeiros Sistema Cofecon/Corecons, aprovado pela Resolução nº 1.841/2010.

Resolução nº 1.971, de 27 de março de 2017
Acrescenta e altera dispositivos no Normativo de Procedimentos para Registro de Profissionais junto aos Conselhos Regionais de Economia, aprovado pela Resolução nº 1.945/2015.

Deliberação nº 4.876, de 27 de março de 2017
Homologa processos contábeis apreciados na 677ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.877, de 27 de março de 2017
Homologar os processos administrativos apreciados na 677ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.878, de 27 de março de 2017
Homologa processos contábeis apreciados na 677ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia.

678ª Sessão Plenária

Resolução nº 1.972, de 22 de maio de 2017
Acrescenta e altera dispositivos no Normativo de Procedimentos para Registro de Profissionais junto aos Conselhos Regionais de Economia, aprovado pela Resolução nº 1.945/2015.

Resolução nº 1.973, de 22 de maio de 2017
Dispõe sobre o Concurso de Resenhas do Conselho Federal de Economia – Cofecon e da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas – Ange.

Resolução nº 1.974, de 22 de maio de 2017
Aprova o calendário para a realização do processo eleitoral por meio de sistema eletrônico no exercício de 2017, e dá outras providências.

Deliberação nº 4.880, de 22 de maio de 2017
Homologar os processos administrativos apreciados na 678ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia.

679ª Sessão Plenária

Resolução nº 1.975, de 27 de junho de 2017
Prorroga o prazo de inscrições no XXIII Prêmio Brasil de Economia - XXIII PBE.

Resolução nº 1.976, de 17 de julho de 2016
Regulamenta o acesso a informações no âmbito do Conselho Federal de Economia (Cofecon), em conformidade com a Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011, e com o Decreto n° 7.724, de 16 de maio de 2012, e dá outras providências.

Resolução nº 1.977, de 17 de julho de 2017
Dispõe sobre o VII Programa Nacional de Recuperação de Créditos no Sistema Cofecon/Corecons.

Deliberação nº 4.881, de 06 de junho de 2017
Corrige os valores das Tabelas Salariais do Plano de Cargos e Salários - PCS e Gratificações dos cargos de livre provimento.

Deliberação nº 4.882, de 17 de julho de 2017
Homologa processos contábeis apreciados na 679ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.883, de 17 de julho de 2017
Homologar os processos administrativos apreciados na 679ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.884, de 17 de julho de 2017
Altera dispositivos da Deliberação nº 4.851, de 11 de abril de 2016, que instituiu o novo normativo de pessoal para os cargos e funções de livre provimento do Conselho Federal de Economia.

680ª Sessão Plenária

Resolução nº. 1978, de 11 de setembro de 2017
Fixa os valores das anuidades, bem como dos emolumentos e multas devidos pelas pessoas físicas e jurídicas aos Conselhos de Economia para o exercício de 2018 e dá outras providências.

Resolução nº. 1979, de 11 de setembro de 2017
Altera e acrescenta dispositivos ao Modelo de Regimento Interno dos Conselhos Regionais de Economia, aprovado pela Resolução Cofecon nº 1.837, de 04 de setembro de 2010.

Resolução nº 1.980, de 11 de setembro de 2017
Altera o Manual de Arrecadação do Sistema Cofecon/Corecons, aprovado pela Resolução nº

1.853, de 28 de maio de 2011, para contemplar a possibilidade de realização de conciliação judicial nas execuções fiscais em trâmite.

Deliberação nº 4.885, de 08 de agosto de 2017
Concede auxílio financeiro a ANGE -Associação Nacional de Cursos de Graduação dos Cursos em Ciências Econômicas para a realização do XXXII Congresso da Ange.

Deliberação nº 4.885, de 08 de agosto de 2017
Concede auxílio financeiro a ANGE -Associação Nacional de Cursos de Graduação dos Cursos em Ciências Econômicas para a realização do XXXII Congresso da Ange.

Deliberação nº 4.886, de 25 de agosto de 2017
Homologa os resultados do XXIII Prêmio Brasil de Economia-2017.

Deliberação nº 4.887, de 30 de agosto de 2017
Homologa os resultados do Concurso de Resenhas do Conselho Federal de Economia – Cofecon e da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas – Ange.

Deliberação nº 4.888, de 11 de setembro de 2017
Homologar os processos administrativos apreciados na 680ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia.

Deliberação nº 4.889, de 11 de setembro de 2017
Homologar os processos contábeis apreciados na 680ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia.

681ª Sessão Plenária

Resolução nº 1.981, de 23 de outubro de 2017
Aprova o regramento relativo ao procedimento eleitoral do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Economia, revoga a Resolução nº 1.954/2016 e demais disposições em contrário.

Deliberação nº 4.890, de 18 de setembro de 2017
Homologa os resultados do Desafio Quero Ser Economista 2017.

Deliberação nº 4.891, 20 de novembro de 2017
Homologa os Dossiês Eleitorais dos Conselhos Regionais de Economia referentes ao exercício de 2017, considerando as ressalvas e as condições constantes dos pareceres jurídicos, quando houver.

Deliberação n.º 4.892, de 04 de dezembro de 2017
Homologa processos contábeis apreciados na 681ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Deliberação n.º 4.893, de 04 de dezembro de 2017
Homologa processos administrativos apreciados na 681ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

Demandas dos Corecons nas Sessões Ampliadas

Em 2017, foram realizadas três sessões plenárias ampliadas, onde reuniram-se os conselheiros federais e os presidentes dos Conselhos Regionais de Economia. Os encontros ocorreram em fevereiro, março e setembro. Como resultado, os presidentes dos Corecons elencaram uma série de solicitações ao Conselho Federal de Economia.

Registramos o atendimento aos seguintes itens:

ASSUNTO	STATUS
Cofecon disponibilizar um modelo de Relatório de Gestão do TCU para os Corecons pequenos – Corecon-AL.	O Cofecon enviou as instruções para elaboração no Relatório de Gestão ao TCU por meio do Ofício Circular nº 14/2017/Cofecon.
Cofecon subsidiar a manutenção dos sites dos pequenos Corecons; solicitam uma padronização e que todos os Corecons tenham uma integração por meio da comunicação dos seus sites. O objetivo é ter um melhor modelo, pois existem ferramentas cada vez mais modernas e potentes na internet – Corecon-AL.	EM ANÁLISE. Assunto distribuído para a Comissão de Planejamento Estratégico, Modernização e Qualidade de Gestão. Subsidiar a manutenção gera custos e depende de autorização do Plenário e de disponibilidade orçamentária e financeira.
Reduzir de 20% para 15% o valor do repasse financeiro dos pequenos Corecons ao Cofecon – Corecon-AL.	A Lei 1.411/51 estabelece que constitui renda do Cofecon 1/5 da renda bruta de cada Conselho Regional.

ASSUNTO	STATUS
Presença de um presidente de Corecon de cada região em todas as Plenárias do Cofecon – Corecon-CE.	Foi aumentado o número de reuniões ampliadas de duas para três em cada ano. Também foi decidida a participação de dois conselheiros suplentes nas plenárias do Cofecon, como forma de ampliar a participação de todos os Corecons no Plenário do Federal.
Parcelamento da anuidade; pede-se o direito de cada regional parcelar até em 6 (seis) vezes o pagamento das suas anuidades – Corecon-AM.	A demanda tem limitações decorrentes de lei, porém foi encaminhada para análise da Comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar.
Plano de Recuperação de Créditos; a ideia é que seja renovado o plano de recuperação de créditos e que os Corecons tenham a possibilidade de realizar o parcelamento para ser recebido até o final do exercício – Corecon-AM e Corecon-PA/AP.	No exercício de 2017 foram aprovados o VI e o VII Programas de Recuperação de Créditos.
Referente à Resolução 1.945/2015, Seção V, do tratamento especial dispensado em função da idade. Proposta de alteração no caput do artigo 7º, para que os economistas aposentados, independentemente da idade, possam efetuar o pagamento das anuidades com descontos, nos moldes já estabelecidos na Resolução 1.945/2015 para os economistas com 70 anos (homem) e 65 anos (mulher) – Corecon-RS.	Assunto distribuído para a Comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar.
Regulamentação/normatização do processo de registro dos profissionais do curso de Relações Internacionais, conforme decisão do último SINCE – Corecon-MG.	Um Grupo de Trabalho foi criado para estudar a absorção de egressos de grupos que tenham forte conteúdo de economia.
Avaliação dos sistemas gerenciados pela Implanta; realidade dos outros Regionais em relação a estes sistemas; houve uma clara manifestação dos presidentes de que o sistema da Implanta Informática não funciona a contento, trata-se de um modelo antigo que não permite uma gestão adequada. Solicitam que o Cofecon avalie novamente esse sistema e que, para isso, consulte todos Corecons para que se manifestem – Corecon-MG.	A Comissão de Planejamento Estratégico, Modernização e Qualidade da Gestão verificou a necessidade de substituir o sistema de contabilidade, bem como o sistema cadastral. A contratação de novos sistemas foi aprovada pelo Plenário do Cofecon durante a 681ª Sessão Plenária.
Mais agilidade no apoio Jurídico do Cofecon para com os Regionais – Corecon-RO.	O Setor Jurídico tem colaborado respondendo a diversas consultas feitas pelos Corecons, mas foi feito o compromisso de enviar as respostas em prazos mais céleres.
Realização do Encontro dos funcionários do Sistema Cofecon/Corecons; A sugestão é para que se faça reuniões mais periódicas entre os funcionários e colaboradores do Sistema Cofecon/Corecon, com objetivo de trocar ideias e experiências e que o Cofecon possa dar informações sobre as atualizações de normas e procedimentos. Sugere-se que uma vez por mês cada setor (jurídico, cobrança, contábil) se reúna, podendo ser por videoconferência, não excluindo a possibilidade de fazer reunião presencial anual ou semestral – Corecon-RO.	Assunto distribuído para a Comissão de Planejamento Estratégico, Modernização e Qualidade de Gestão.

ASSUNTO	STATUS
Exigência de comprovação de capacitação técnica e certificação de curso de extensão e/ou especialização na área de perícia judicial econômico-financeira – Corecon-GO. O fórum entende que esse tema está bem encaminhado pelo Cofecon. Contudo, falta uma maior divulgação dessa regulamentação.	Assunto distribuído para o Grupo de Trabalho Perícia Econômico Financeira.
Inclusão de representantes de todos os Conselhos no colegiado do Cofecon, com direito a voz e voto – Corecon-SE;	Foi criado o Grupo de Trabalho Composição do Plenário para estudar alternativas que atendam a esta demanda.
Inconstitucionalidade da Lei que autoriza os Conselhos a fixarem Anuidades por Resolução, explicações da procuradoria jurídica e as alternativas do Cofecon para resolução deste problema – Corecon-PA/AP.	A Lei 12.514/2011 estabelece um teto para as anuidades e autoriza os Conselhos de fiscalização profissional a estabelecerem suas anuidades dentro deste limite. O setor Jurídico enviou explicações sobre o assunto aos Corecons.
A Fiscalização do Corecon-RJ é de muita qualidade e o Cofecon poderia oportunizar uma maneira de passar essa experiência para os demais Regionais, bem como aproveitar a experiência do Corecon-PR que, por sua vez, possui em perícia.	Assunto distribuído para a Comissão de Fiscalização e Registro Profissional.

1.6 Realização de eleições eletrônicas

As eleições eletrônicas completaram três anos em 2017. Neste ano, 7.022 economistas de todo o país votaram pelo site www.votaeconomista.org.br para eleger um terço de conselheiros efetivos e suplentes dos Conselhos Regionais de Economia, além de delegados eleitores efetivo e suplente, para o triênio 2018-2020. A votação ocorreu nos dias 30 e 31 de outubro de 2017.

O resultado foi divulgado na noite do dia 31, logo após a apuração, no site do Cofecon. O destaque deste ano ficou com o estado de Alagoas, que conquistou o maior percentual de economistas votantes proporcionalmente ao número de profissionais registrados e adimplentes, tendo 62,68% de participação.

A Comissão Eleitoral foi coordenada pelo conselheiro federal Paulo Salvatore Ponzini e composta pelos conselheiros federais Antonio Melki Jr. e Jin Whan Oh. A realização do pleito é auditada pela empresa "The Perfect Link".

1.7 Perícia Econômico-Financeira

O Conselho Federal de Economia, a partir de seus debates e solicitações dos Conselhos Regionais de Economia, verificou a necessidade de aprofundar conhecimentos na área de Perícia Econômico-Financeira e contribuir tanto para a orientação dos economistas que têm interesse em trabalhar na área quanto para a normatização dessa especialidade profissional. Isso porque o Novo Código de Processo Civil, Lei nº 13.105 de 16/03/2015, Artigos 156 a 158, trata da necessidade de os peritos serem cadastrados em seus órgãos de classe, bem como por estes certificados.

Como vários Conselhos Regionais ainda não tinham núcleos de perícia econômica e condições de promover cursos com profissionais locais, de divulgar junto aos economistas a especialidade profissional, de defender seus profissionais de eventuais questionamentos a capacitação técnica ou fundamentos legais, o Cofecon liderou iniciativas para que economistas de todo o Brasil tivessem acesso a conhecimentos sobre a área e pudessem ser inseridos nesse nicho de mercado. A primeira ação foi a criação do Grupo de Trabalho Perícia Econômico-Financeira, com o

objetivo de realizar estudos visando a proposição de ações para fortalecer a atividade de Perícia Econômico-Financeira, divulgando-a entre profissionais e estudantes de Ciências Econômicas e tomadores de serviços, e iniciando os debates para definir as exigências de capacitação técnica para a certificação de competência por especialidade.

O GT criou, em seguida, o Cadastro Nacional de Peritos em Economia e Finanças (CNPEF), por meio da Resolução nº 1.951, de 11 de abril de 2016. A partir do sistema, o Cofecon indica ao Poder Judiciário quais são os profissionais capacitados para exercer a atividade de perícia econômico-financeira. Dessa forma as oportunidades de trabalho para os peritos em Economia são maximizadas.

Além de cadastrar os economistas aptos a trabalhar na área, o Grupo de Trabalho deu início, neste ano, ao programa de cursos. A primeira edição do Curso de Perícia e Assistência Técnica Econômico-Financeira foi organizada pelo Cofecon em parceria com os Conselhos Regionais de Economia do Distrito Federal (Corecon-DF) e do Paraná (Corecon-PR) e reuniu, em Brasília, 35 profissionais de vários estados. De setembro a outubro, os alunos participaram dos quatro módulos oferecidos e aprimoraram seus conhecimentos na área. Todos receberam certificado de participação.

Com duração de 80 horas/aula, o curso foi dividido em quatro módulos, sendo o primeiro deles pré-requisito para a participação nos demais. Módulo I) Apresentação geral do curso; Planilhas Periciais, Links Úteis e Cadastramento; Excel e Matemática Financeira; Aspectos Gerais da Perícia na Justiça; e o Trabalho do Perito e Assistente Técnico Econômico-financeiro, ministrado pelos economistas Sérgio Guimarães Hardy e Ademar Rogério Weber Heylmann; Módulo II) Processo e Cálculos Cíveis, Empresariais e Contratos Bancários, ministrado pela economista Vanya Marcon; Módulo III) Processo e Cálculo Trabalhista, ministrado pelo economista Tiago Jazynski; Módulo IV) Finanças em Perícia Econômico-Financeira – Avaliação de Empresas, ministrado pelo economista Eduardo Cosentino.

A coordenação geral do curso foi feita pelo conselheiro federal Sérgio Hardy, que estruturou a qualificação, definindo as matérias, ementas, carga horária, seleção de professores, apoios, revisão de materiais a serem apresentados e controle de qualidade, para garantir que os alunos tivessem acesso a um curso de alto nível. No Distrito Federal, a economista Vilma Guimarães ficou encarregada da coordenação local.

Representantes de diversas entidades prestigiaram a cerimônia de encerramento, ocorrida em 21 de outubro: o presidente do Cofecon, Júlio Miragaya; o presidente do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal (Corecon-DF), Mário Sérgio Sallorenzo; o presidente da Comissão de Previdência Complementar da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Distrito Federal (OAB-DF); a presidente da Federação Brasileira das Associações de Peritos, Árbitros, Mediadores e Conciliadores (FEBRAPAM); o conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal (CRC-DF) Daniel Chaves Fernandes; o conselheiro do Conselho Regional de Administração do Distrito Federal (CRA-DF), Geraldo Torrecillas; o professor do Curso de Perícia, Eduardo Cosentino; e a coordenadora local do Curso de Perícia, Vilma Guimarães.

Em 2018 o Grupo de Trabalho pretende desenvolver um manual de implementação do curso básico de perícia, em parceria entre o Cofecon e o Corecon-DF, definindo o interesse de apresentação do curso por regiões e Corecon, e discutir na plenária do Cofecon a proposta de realização dos novos cursos básicos, como o realizado em Brasília. Está no planejamento apresentar proposta de um curso de aprofundamento do Cofecon, de formato semelhante ao anterior e sugerir a criação de um cadastro de economistas que ministram cursos pertinentes à formação do perito judicial.

1.8 VI e VII Programas de Recuperação de Créditos

No intuito de reduzir o quadro de inadimplência existente no Sistema Cofecon/Corecon e tendo em vista o êxito obtido por Conselhos Regionais de Economia que aderiram aos programas anteriores, o Cofecon instituiu em 2017 o VI Programa de Recuperação de Créditos, com vigência no período de 1/03/2017 a 29/12/2017.

Nos Corecons que aderiram ao programa, os economistas que possuíam débitos puderam parcelá-los (em um máximo de 30 vezes, com

parcelas de no mínimo R$ 100,00), bem como obter descontos sobre o valor da multa e juros, a critério de cada Corecon. A existência de saldos remanescentes com base nos quatro programas anteriores, instituídos desde 2010, foi condição impeditiva para a participação do economista.

A resolução que instituiu o Programa também obrigou os Corecons a enviarem, até o dia 15 de janeiro de 2018, um relatório detalhado da situação de sua dívida ativa e executiva.

No mesmo ano, foi instituído VII Programa Nacional de Recuperação de Créditos, sob supervisão da Comissão de Tomada de Contas do Cofecon, com o objetivo de promover a recuperação de créditos do Sistema Cofecon/Corecons, decorrentes de quaisquer débitos de pessoas físicas e jurídicas, inclusive os referentes às anuidades e às multas, vencidos até 31 de março de 2017.

O VII Programa Nacional de Recuperação de Créditos definiu as seguintes fases, que deverão ser cumpridas obrigatoriamente:

I. Primeira fase: os Corecons tiveram até o dia 30/09/2017 para aderir ao programa e os economistas até o dia 31/12/2017 para realizarem o parcelamento de seus débitos;

II. Segunda fase: os Corecons terão até o dia 30/06/2018, para protestar as Certidões de Dívida Ativa, exceto os débitos anteriores ao exercício de 2012;

III. Terceira fase: os Corecons terão até o dia 31/12/2018 para ajuizar as execuções fiscais dos créditos não recuperados, exceto os débitos anteriores ao exercício de 2012;

IV. Quarta fase: os Corecons terão até o dia 28/02/2019 para apresentar ao Cofecon relatório detalhado a respeito dos resultados obtidos com o VII Programa Nacional de Recuperação de Créditos.

Independentemente da adesão dos Corecons ao VII Programa Nacional de Recuperação de Créditos, a Resolução estipulou que os mesmos deveriam, até o dia 30/06/2018, protestar as Certidões de Dívida Ativa e, até o dia 31/12/2018, ajuizar as execuções fiscais dos créditos não recuperados, exceto aqueles anteriores ao exercício de 2012.

1.9 Auxílios e doações aos Conselhos Regionais de Economia

Os auxílios financeiros a Corecons e a eventos na área de economia, aprovados em 2017 pelo plenário do Cofecon, totalizaram R$ 219.000,00 e estão listados no quadro a seguir.

Interessado	Assunto	Concessão	Valor Aprovado
Corecon-PE	XXIX ENE	677ª Plenária	R$ 6.500,00
Corecon-RS	Restauração de sede	677ª Plenária	R$ 5.000,00
Corecon-PE	Prêmio Dirceu Pessoa	678ª Plenária	R$ 3.000,00
ENECO	Auxílio para o XLIII ENECO	678ª Plenária	R$ 3.000,00
Corecon-RN	XVII Prêmio RN	679ª Plenária	R$ 3.000,00
Corecon-PR	27º Prêmio Paraná	679ª Plenária	R$ 3.000,00
Corecon-MG	Apoio para o XXII CBE	678ª Plenária	R$ 160.000,00
Corecon-PR	XXII ENESUL	679ª Plenária	R$ 6.500,00
Corecon-AM	XIV Prêmio Amazonas	679ª Plenária	R$ 3.000,00
Corecon-PA/AP	Prêmio Armando Corrêa Pinto 2017	681ª Plenária	R$ 3.000,00
Corecon-AL	V Prêmio de Estímulo ao Estudante	680ª Plenária	R$ 3.000,00
Corecon-ES	XXII Prêmio Corecon-ES de Economia	679ª Plenária	R$ 3.000,00
Corecon-RO	VI Prêmio Rondônia de Monografia	679ª Plenária	R$ 3.000,00
ANGE	XXXII Congresso da ANGE	Ad referendum	R$ 5.000,00
Corecon-MA	Prêmio Maranhão de Economia	680ª Plenária	R$ 3.000,00
Corecon-SE	XIX Prêmio Sergipe de Economia	680ª Plenária	R$ 3.000,00
Corecon-DF	XXIV Prêmio Corecon-DF	681ª Plenária	R$ 3.000,00
Economistas	**APOIO FINANCEIRO**	**EXERCÍCIO 2017**	**R$ 219.000,00**

2.1 Procuradoria Jurídica

A Procuradoria Jurídica do Conselho Federal de Economia (Cofecon) é responsável pelo tratamento de demandas jurídicas e administrativas da Autarquia, assim como é responsável por representar os interesses do Conselho nas esferas judiciais e extrajudiciais perante os Poderes Públicos, além de prestar consultoria e assessoramento jurídico.

Ademais, o setor lida com matéria jurídica de média ou grande complexidade, seja mediante pareceres opinativos, seja mediante despachos jurídicos envolvendo matérias e questões eminentemente de cunho jurídico, elaboração de pareceres, prestação de auxílio aos Conselhos Regionais de Economia e aos demais setores do Cofecon.

A Procuradoria Jurídica também acompanha e atua nos trabalhos das Comissões de Normas e Legislação, bem como nos trabalhos da Comissão Permanente de Licitação.

Destaca-se, ainda, como papel de atuação da Procuradoria, o trabalho de assessoramento jurídico junto às Sessões Plenárias que ordinariamente são realizadas, a participação nas reuniões, o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pelo Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, bem como a atuação junto a todos os eventos previstos no Regimento Interno do Conselho Federal de Economia que são realizados durante o ano.

Quanto aos trabalhos desempenhados durante o exercício de 2017 pela Procuradoria, destacam-se a atuação em vários processos judiciais que tramitam nas diversas esferas e instâncias do Poder Judiciário, em especial perante a primeira e a segunda instância da Justiça Federal e da Justiça Trabalhista.

No âmbito da Justiça do Trabalho, esta Procuradoria atuou em 07 (sete) processos, cinco relacionados a suposto desvio de função e assédio moral, e um relacionado ao pagamento de contribuição sindical, além de dar continuidade ao acompanhamento ao processo de execução trabalhista ao espólio de um ex. empregado.

Em três reclamações trabalhistas, esta Autarquia obteve sucesso no que tange a não configuração de desvio de função, restando sucumbente apenas no que toca a ocorrência de assédio moral, ao passo que a outra demanda ainda se encontra pendente de julgamento.

No campo cível, foram 28 processos em andamento em 2017, destes, 3 (três) são Ações Civis Públicas, relacionadas aos mais diferentes assuntos na esfera de defesa dos interesses dos profissionais economistas, bem como a busca da garantia da participação em concursos públicos onde a área de atuação é privativa ao profissional economista.

Pode-se destacar a Ação Cautelar proposta pelo Corecon/SP em face deste Cofecon e os Mandados de Segurança afetos às eleições ocorridas no âmbito dos Regionais, além da Ação Civil Pública envolvendo impugnação de edital de concurso público, bem como os Mandados de Segurança impetrados por aprovados em concurso público fora do número de vagas realizado no âmbito do Sistema Cofecon/Corecon.

Ademais, acompanhou o andamento de todos os demais processos em que o Conselho Federal de Economia figura como parte interessada ou como *amicus curiae*, especialmente na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), na Ação Direta de Constitucionalidade (ADC) e na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 165, em razão de trata-se de matéria afeta ao âmbito exclusivo de atuação desta autarquia, as quais tratam do Regime Jurídico Único no âmbito dos Conselhos das Profissões Regulamentadas que tramitam no Supremo Tribunal Federal.

Destaca-se também, as cinco ações envolvendo o Corecon/SP, três delas sobre repasse da cota parte ao Cofecon e duas sobre processo eleitoral, sendo que esta procuradoria obteve sucesso no pedido de liminar para o repasse referente da cota parte de 2017, bem como a adesão do Corecon/SP ao sistema de cobrança compartilhada, logrando bem-sucedida em suas teses defensivas.

Quanto às demandas de origem interna do Cofecon, a Procuradoria procedeu à análise de inúmeros processos, tanto processos que envolvem licitações e contratos da Autarquia, quanto processos administrativos em geral, e ainda, os provenientes dos Corecons para análise de recurso.

Ao todo, foram analisadas mais de 261 (duzentos e sessenta e um) demandas de cunho administrativo; foram 96 (noventa e seis) análises de recursos administrativos oriundos dos Conselhos

Regionais; dentre eles, 72 (setenta e dois) processos referentes a cancelamento de registro e remissão de débitos; 24 (vinte e quatro) demandas sobre exercício ilegal da profissão.

Ademais, foram 26 (seis) consultas formais externas relacionados a economistas ou interessados; 15 (doze) consultas internas vindas da presidência e de outros setores deste Cofecon; 23 (vinte) pareceres jurídicos sobre a solicitação de Auxílio Financeiro; e ainda atuou em 2 (dois) Processos Éticos; 1 (um) oriundo do Corecon-MT; 1 (um) oriundo do Corecon-AM.

Ao todo, foram respondidas mais de 36 (trinta e seis) consultas sobre dúvidas vindas de Corecons; 29 (vinte e nove) dossiês eleitorais, 30 (trinta) análises encaminhadas pelo Setor de Licitação sobre contratação ou compra; 1 (uma) análise de recurso administrativo de execução; 3 (três) processos de homologação de Regimentos Interno de Corecons.

2.2 Atendimento aos Regionais

O Setor Atendimento aos Regionais é responsável por receber as demandas dos Conselhos Regionais de Economia e da sociedade, e distribuir internamente aos setores responsáveis no Cofecon. No ano de 2016, o setor foi responsável por responder 682 (seiscentos e oitenta e dois) questionamentos dos Corecons e da sociedade, e 3.507 (três mil e quinhentos e sete) atualizações cadastrais de CPF e CNPJ junto ao banco de dados da Receita Federal (Serpro).

Nesse setor, tramitam os processos administrativos inerentes ao registro profissional (86 processos apreciados) e solicitações de auxílio financeiro (17 processos aprovados de 22 processos apreciados, perfazendo R$ 219.000,00 o valor concedido para os eventos do sistema e relacionados). O detalhamento dos auxílios financeiros concedidos encontra-se no item 1.9 deste Relatório.

2.3 Processamento de informações

Em 2017, o setor de Tecnologia da Informação (TI) do Cofecon teve como diretrizes a modernização de suas plataformas de comunicação e infraestrutura, bem como o suporte no ambiente interno e aos Conselho Regionais.

Destacam-se as seguintes atividades:

1. Reestruturação do sítio do Conselho Federal de Economia;
2. Implantação do Portal da Transparência;
3. Implantação do sistema e-SIC (Serviço de Informação ao Cidadão);
4. Início da modernização do sistema de carteiras;
5. Migração de servidor de e-mail;
6. Instalação de nova estrutura de backup;
7. Instalação de Circuito Fechado de TV (CFTV);
8. Atendimentos via e-mail, para suportar sistemas de carteiras e do CNPEF (391 atendimentos);
9. Apoio no processo das eleições on-line do Sistema Cofecon/Corecons;
10. Elaboração de certificados, hotsites, e artes diversas.

2.4 Compras e Licitações

O Conselho Federal de Economia está sujeito à legislação que trata das compras públicas, a saber: Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores. Todas as despesas de 2017 foram executadas observando o disposto na legislação pertinente.

Durante o ano, o setor de Compras e Licitações fez a gestão de 38 contratos, que podem ser acompanhados via internet pelo portal de Acesso à Informação do Cofecon. Além disso, foram realizados os seguintes procedimentos:

- Cotação Eletrônica: foram realizadas 10 cotações eletrônicas pelo site www.comprasgovernamentais.gov.br, perfazendo um valor de R$ 22.621,49, algumas delas ainda referente a melhoramentos na nova sede.
- Dispensa de Licitação: no exercício de 2017 foram realizadas 31, nem todas finalizadas, com valor aproximado de R$ 51.923,41.
- Inexigibilidade de Licitação: ocorreu devido a necessidade de celebração de novo contrato com a Empresa Brasil de Comunicação - EBC, e também da aquisição de licença para utilização de software da Gincana Nacional de Economia.
- Pregão Eletrônico: No total de 9, sendo que dois foram frustrados e dois se consumarão apenas em 2018, com valor estimado de R$ 894.893,64. Cabe ressaltar que as atas de registro de preços garantem ao Cofecon a contratação de serviços ou aquisição de bens dentro do rigor da legislação vigente, mas não necessariamente todos os bens/serviços licitados serão adquiridos. As aquisições acontecem conforme a necessidade do órgão.

Além desses processos, o setor manteve a rotina de atualização do Portal da Transparência no tópico Licitações, desmembrado em "Editais e Resultados" e "Contratos Vigentes".

2.5 Informações Econômico-Financeiras

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS DO COFECON					
	2013	2014	2015	2016	2017
Receita Total	**4.640.611,76**	**5.078.988,35**	**5.784.266,81**	**5.692.797,65**	**5.475.509,66**
Despesas Correntes	**4.784.675,50**	**4.752.064,38**	**5.574.606,83**	**5.995.210,29**	**5.460.258,46**
1. Pessoal e Encargos	2.211.609,00	2.318.303,94	2.567.364,07	2.913.118,92	2.677.379,86
2. Manutenção da sede	84.922,65	84.564,11	183.838,78	200.895,06	156.540,22
3. Material de Consumo	31.273,18	30.757,77	26.253,47	51.541,01	27.927,50
4.Telefonia Internet e Correios	216.659,97	155.938,03	130.665,66	170.504,59	298.503,86
5. Manutenção de programas de informática	311.065,58	318.860,38	367.843,71	401.368,78	466.373,26
6. Despesas Bancarias	196.366,47	83.037,96	115.371,71	55.870,80	14.045,12
7. Diárias	379.503,50	406.290,00	431.105,34	435.086,17	259.460,00
8. Passagens aéreas	382.957,33	394.643,54	459.411,14	460.628,02	229.464,18
9. Serviço Gráfico e Publicidade	244.354,38	196.498,67	354.359,13	340.108,73	330.316,44
10. Assessoria Parlamentar	83.750,00	84.500,00	58.999,92	49.331,22	-
11 Despesas com Sessão Plenárias	122.253,61	89.629,43	153.142,21	91.437,07	55.843,54
12. Premiações	72.000,00	68.499,99	72.300,00	97.924,90	53.200,00
13. Transferências para os Regionais	167.590,00	184.170,40	236.927,13	270.081,89	211.196,00
14. Eleição eletrônica (inclui auditoria)	-	-	229.900,00	202.235,80	74.150,00
15. Impressão de Carteira Profissional	128.743,38	116.498,74	135.248,88	166.749,29	179.755,40
16.Outras Despesas	151.626,45	219.871,92	51.875,68	88.328,04	426.103,08
Saldo Orçamentário Parcial	**-144.063,74**	**326.923,97**	**209.660,01**	**-302.412,64**	
Despesas de Capital	**16.715,00**	**15.920,00**	**601.798,72**	**272.660,32**	**239.554,90**

	2013	2014	2015	2016	2017
17. Obras e instalações	-	-	533.735,96	213.459,25	-
18. Equipamento e Mat. Permanente	16.715,00	15.920,00	68.062,76	59.201,07	239.554,90
Despesa Total	**4.801.390,50**	**4.767.984,38**	**6.176.405,55**	**6.267.870,61**	5.699.813,36
Saldo Orçamentário final	**-160.778,74**	**311.003,97**	**-392.138,71**	**-575.072,96**	
Resultado Extra Orçamentário	**11.479,33**	**-52.643,93**	**-4.139,67**	**-6.321,19**	
Saldo financeiro	**1.745.829,06**	**2.004.189,10**	**1.607.910,69**	**1.026.516,54**	**945.431,85**

3.1 Assessoria de Imprensa

O setor de Comunicação deu continuidade ao trabalho iniciado em 2015, com o objetivo de ampliar a participação do Conselho Federal de Economia no debate nacional. Foram realizadas coletivas de imprensa para divulgação de notas oficiais, sugestões de fontes sobre assuntos que estavam em pauta, acompanhamento de entrevistas e ações de aproximação com os jornalistas para aprimorar o relacionamento com a mídia. Os resultados quantitativos dessas atividades estão listados no item 3.2 deste relatório.

A equipe também participou de eventos promovidos pela Campanha pela Redução da Desigualdade Social no Brasil, contribuindo para a definição de estratégias de divulgação e coordenando as ações de assessoria de imprensa dos eventos realizados, além de cobertura para site e redes sociais.

Também é importante ressaltar, entre os trabalhos realizados pela equipe de Comunicação, a implementação do novo site do Cofecon, que foi realizada em parceria com o setor de Tecnologia da Informação no segundo semestre do ano. A equipe de Comunicação trabalhou com a migração de conteúdo, organização das informações no site, composição de menu e definição de novas seções.

Vale destacar que o contrato com a empresa Agência do Rádio, uma agência de notícias que produz conteúdo radiofônico e distribui para emissoras de todo o País, foi cancelado no mês de setembro em razão da situação financeira do Cofecon.

3.2 Inserção do Cofecon na mídia nacional

TIPO DE MÍDIA					
Mês	**TV**	**Rádio**	**Impresso**	**Web**	**Total**
Janeiro	14	5	13	42	**74**
Fevereiro	12	9	11	51	**83**
Março	13	12	22	72	**119**
Abril	14	10	15	147	**186**
Maio	11	8	17	160	**196**
Junho	9	1	16	89	**115**
Julho	16	8	17	38	**79**
Agosto	11	8	12	39	**70**
Setembro	5	6	15	108	**134**
Outubro	9	1	17	14	**41**
Novembro	5	5	19	54	**83**
Dezembro	11	6	13	30	**60**
Total	**130**	**79**	**187**	**844**	**1.240**
Média	**11**	**7**	**16**	**70**	**103**

Foram veiculadas 1.240 notícias que citaram o Cofecon durante o ano de 2017, com média mensal de 103 inserções, sendo 844 na web, 187 em veículos impressos, 130 em televisão e 79 em rádio.

Em 2017, as redes sociais se consolidaram como parte fundamental da estratégia de publicização dos trabalhos do Sistema Cofecon/Corecons e divulgação de eventos, projetos, campanhas e Notas Oficiais. O Facebook do Cofecon encerrou o ano com 13.539 seguidores (aumento de 36%). As Notas Oficiais, a revista Economistas e as notícias sobre os debates promovidos pelo Conselho tiveram grande repercussão na plataforma. Destaque para a campanha do Dia do Economista, que alcançou cerca de 180 mil pessoas e gerou mais de 30 mil interações no Facebook, (curtidas, comentários, cliques e compartilhamentos). Também tiveram destaque as transmissões ao vivo dos debates de conjuntura realizados durante as Sessões Plenárias, além de outros eventos realizados na sede da autarquia, possibilitando uma maior visibilidade das atividades do Conselho e participação de internautas.

A página Quero Ser Economista, do Facebook, também foi uma importante ferramenta de engajamento de jovens futuros economistas. A página teve 1.543 novos seguidores em 2017, crescimento de 26%.

A plataforma de vídeos Youtube foi mais uma das redes utilizadas pela Assessoria de Comunicação do Cofecon, com publicação de vídeos de entrevistas, eventos, campanhas e debates promovidos pelo Sistema. O canal tem 81 vídeos, 271 pessoas inscritas (crescimento de 91%) e 15.812 visualizações (aumento de 111%).

3.3 Revista Economistas

Em 2017 a tiragem da revista Economistas foi reduzida para 5 mil exemplares, com exceção da edição de Julho a Setembro, que foi distribuída no XXII Congresso Brasileiro de Economia e teve 6 mil exemplares. A publicação manteve a periodicidade trimestral, com quatro edições publicadas no ano.

A partir deste ano, as edições foram disponibilizadas no formato de revista digital, no site do Cofecon, facilitando a leitura no ambiente on-line. Há um projeto para que no próximo ano a revista seja disponibilizada apenas no formato digital, com o intuito de economizar com impressão e expedição, além de modernizar a publicação para facilitar o acesso em dispositivos móveis como smartphones e tablets.

O tema de capa da edição nº 23 (Janeiro a Março) foi "2017: crescimento ou estagnação?", debatido pelos economistas Roberto Macedo e Márcio Pochmann. A publicação também contou com os artigos "Reforma da Previdência: o ajuste pela ampliação das receitas", de Denise Lobato Gentil; "Reforma da Previdência Regime Geral da Previdência Social (RGPS)", de Carlos Eduardo de Freitas e Felipe Ohana; "O economista e a Justiça", de Fernando de Aquino Fonseca Neto; "A hipótese da tributação internacional", de Paulo Dantas da Costa; e "Atenção: como você aloca a sua atenção?", de Juliana Inhasz.

A edição nº 24, referente ao período de Abril a Junho, trouxe como tema central "Reforma Tributária", assunto debatido por Sérgio Gobetti e Rodrigo Orair em "Reforma tributária progressiva: a nova agenda"; Bernard Appy, "A relevância da Reforma Tributária"; e Fernando Rezende, "As lições do passado são importantes para o desenho de uma reforma que mire o futuro". A edição também contou com os artigos "As perdas de arrecadação dos estados brasileiros com a Lei Kandir e a necessidade da construção de um novo arranjo federativo fiscal", de Eduardo José Monteiro da Costa; "Políticas de inovação e o papel da 'educação' nos ganhos de produtividade na economia brasileira", de José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho; "Regime Previdenciário e mercado de trabalho no Brasil: mitigação ou exacerbação das desigualdades de gênero", de Eliane Araújo; "A saúde pública brasileira no perverso novo tempo do mundo", de Áquilas Mendes; "Regime de partilha garante ao País recursos para alavancar ciência e áreas sociais", de Ricardo Maranhão; e "Crise e reestruturação da Petrobrás: a busca de uma nova missão", de Edmar de Almeida.

A edição nº 25 (Julho a Setembro) teve como tema central o XXII Congresso Brasileiro de Economia – Desenvolvimento econômico, justiça social e democracia: bases para um Brasil contemporâneo. Foram publicados artigos dos palestrantes, tais como: "Sistemas financeiros, governança financeira e desenvolvimento econômico", de Jan Kregel com tradução de Pedro Garrido da Costa Lima; "América del Sur en um impasse", de Roberto Frenkel; "Teorias de Ricardo sobre a distribuição da renda nacional e os efeitos da 'substituição do trabalho humano por maquinaria', de Luiz Antônio Macedo; "Recessão, impacto social e consequências para a política no Brasil atual", de Márcio Pochmann; "O crescimento, a política econômica e a Reforma Tributária", de Fabrício Augusto; "Para onde vai a economia brasileira?", de Roberto Castello Branco; "Brasil, roteiro para principiantes", de Luís Paulo Rosenberg e Leonardo França Costa; "Uma proposição de política macroeconômica para a economia brasileira", de Fernando Ferrari;

e “Uma previdência social para poucos”, de Rosa Maria Marques.

Por fim, a edição nº 26 (Outubro a Dezembro) abordou o tema “Novas áreas de atuação trazem mais oportunidades para economistas”. A publicação contou com os seguintes artigos: “Política macroeconômica e retomada do crescimento”, de Fernando Nogueira da Costa; “Desigualdade e pobreza em alta”, de Marcelo Neri; “A Economia Comportamental”, de Flávia Ávila; “Ecologia integral: um conceito estruturante”, de Paulo Haddad; “Alternativas produtivas e geração de renda: as iniciativas econômicas solidárias”, de Roberto Marinho Alves da Silva; “Cooperativismo: instrumento de desenvolvimento econômico e social”, de Geraldo Magela da Silva; “O trilema da sustentabilidade e o decrescimento demoeconômico”, de José Eustáquio Diniz Alves; “Censo Agropecuário de 2006 e censos demográficos e o futuro da agricultura”, de Eliseu Alves e Geraldo da Silva e Souza; e “A hora e a vez da criatividade”, de Luiz Alberto Machado.

3.4 Campanha do Dia do Economista

Neste ano, a campanha ocorreu exclusivamente nas redes sociais e teve como tema a “Campanha pela Redução da Desigualdade Social no Brasil”, liderada pelo Cofecon e que conta com o apoio de mais de 30 entidades nacionais. Abordar a campanha foi uma oportunidade para fortalecer a marca do Cofecon junto aos profissionais e à sociedade como um todo. Além disso, buscamos engajar profissionais e outros setores da sociedade na Campanha pela Redução da Desigualdade Social no Brasil, e envolver adolescentes mostrando que a carreira de economista é fundamental para o desenvolvimento do país.

O Facebook foi escolhido como a principal plataforma porque lidera o ranking das redes sociais mais utilizadas no Brasil. Além disso, possibilita a realização de uma campanha mais assertiva e com custos bem mais reduzidos do que as realizadas nos anos anteriores.

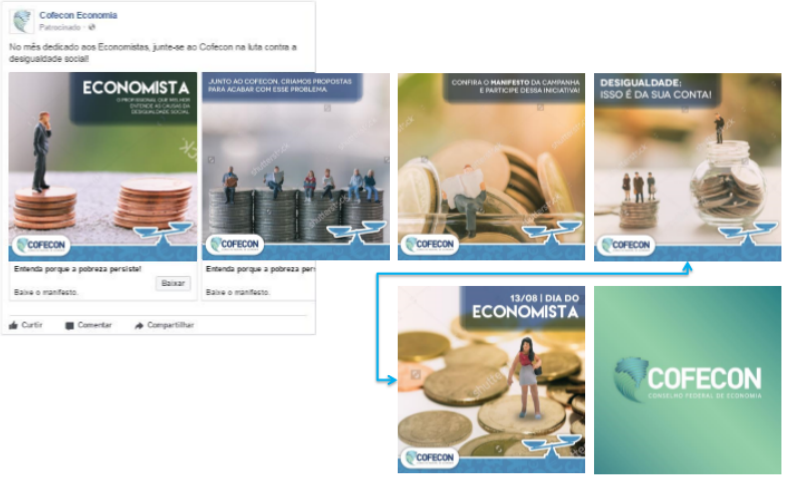
Para atingir seus objetivos, a campanha foi direcionada a dois públicos distintos, com ações específicas para cada um deles. Na página @CofeconEconomia no Facebook, as ações foram direcionadas aos profissionais e estudantes de Economia, divulgando conteúdos relevantes que levem à compreensão do papel do economista para a redução da desigualdade social no Brasil, além de reafirmar o seu valor para a sociedade. Foram publicados dois posts e um anúncio no formato Facebook Ads, estilo carrossel.

Na página @QueroSerEconomista o público-alvo são adolescentes e jovens que estão construindo a base de sua consciência política e social, e iniciando o planejamento para o futuro, que passa pela opção de curso superior. Foram feitos dois posts de conteúdo com texto e imagem e um anúncio no formato Canvas, que permite união de textos, imagens, vídeos e outras linguagens diversas, e que tem maior impacto via mobile, com maior interação com essa faixa de público, de 13 a 20 anos.

Para que as publicações alcançassem o público esperado, o Cofecon investiu em posts patrocinados. Na página @CofeconEconomia, 55.354 pessoas foram alcançadas; já na página @QueroSerEconomista foram 63.277 pessoas alcançadas.

As duas páginas foram personalizadas durante todo o mês de agosto, com foto de capa. Outra ação da Campanha foi a criação de avatar com o tema da campanha para ambas as páginas. Dessa forma, o público pode aderir à campanha, incorporando a imagem a sua foto de perfil. Na página @CofeconEconomia, alteramos a foto de perfil semanalmente com imagens de personalidades econômicas, enquanto na página @QueroSerEconomista foram utilizadas fotos de vencedores do Desafio Quero Ser Economista.

Exemplo de anúncio carrossel na página @CofeconEconomia



Exemplo de anúncio na página @QueroSerEconomista

Avatares utilizados durante todo o mês de agosto nas páginas

3.5 Desafio Quero Ser Economista

A segunda edição do Desafio Quero Ser Economista contou com a participação de 350 estudantes de 22 estados mais o Distrito Federal. O #Desafio é um jogo online voltado para alunos de Ensino Médio de todo o Brasil com o objetivo de apresentar a área da economia de uma forma dinâmica e esclarecer a atuação do profissional economista no mercado de trabalho. Tudo isso de uma forma divertida, por meio de enigmas, vídeos interativos e desafiadoras "missões".

Durante a competição, os desafios diários incentivam os estudantes a aprender diversos conceitos da economia, escolas de pensamento econômico e possibilidades de atuação profissional. O jogo busca desmistificar a profissão e derrubar estigmas que o curso de Ciências Econômicas carrega.

Neste ano, o jogo começou no dia 10 de julho e terminou em 09 de agosto. No período compreendido entre o início da divulgação e a conclusão do Desafio, a página "Quero ser economista", que serve de apoio ao projeto, ganhou 1.143 novos seguidores. Os posts do jogo alcançaram, ao todo, mais de 250 mil pessoas e tiveram aproximadamente 30 mil interações (curtidas, comentários e compartilhamentos). Tais números levam à conclusão de que a iniciativa do Cofecon, além de ter uma satisfatória adesão por parte dos estudantes, alcançou uma grande visibilidade em território nacional.

Após o término da competição, a página "Quero ser economista" continua ativa e oferece um conteúdo didático sobre a economia, com links de matérias, dicas de leitura, definições e conceitos da área. O Desafio ajudou a atrair jovens internautas a esse espaço, para que tenham acesso a conteúdos econômicos educativos permanentemente.

Assim, o Conselho promove, junto à população jovem, a sadia mentalidade econômica, por meio da disseminação de informações relevantes sobre a área, e cumpre um de seus objetivos estratégicos: ampliar a participação de estudantes e bacharéis em economia no Sistema Cofecon/Corecons.

NÚMEROS DO DESAFIO

- 350 participantes inscritos;
- Participantes de 23 Unidades Federativas;
- 53% homens e 47% mulheres;
- Entre os estudantes, 35% são do 1º ano, 33% do 2º ano e 32% do 3º ano;
- 1.143 novos seguidores na página "Quero ser economista";
- 30 mil interações (curtidas, comentários e compartilhamentos);
- 250 mil pessoas alcançadas.

4.1 Internacionais

4.1.1 XI Congresso da AEALC

O XI Congresso dos Economistas da América Latina e do Caribe foi realizado de 18 a 20 de outubro de 2017 na Cidade do Panamá. Organizado pelo Colegio de Economistas de Panamá e pela Associação de Economistas da América Latina e Caribe (AEALC), o evento reuniu centenas de profissionais e acadêmicos de 21 países.

O evento é realizado a cada dois anos e tem sido uma oportunidade única para o debate sobre as melhores alternativas para os países da Região superarem os obstáculos que impedem o pleno desenvolvimento econômico e social. Daí o tema do evento ter sido "Economia e Desenvolvimento da América Latina e Caribe: Desafios, Propostas e Consensos".

O Presidente do Cofecon, Júlio Miragaya, proferiu palestra no evento com o tema "A Conjuntura Econômica Brasileira e a Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Nacional".

Junto com o Congresso, foi realizada no dia 19 a Assembleia Geral da Associação de Economistas da América Latina e Caribe (AEALC), que renovou o mandato de sua direção e designou a cidade de San Salvador, capital da República de El Salvador, como sede do XII Congresso dos Economistas da América Latina e do Caribe em 2019. Durante a Assembleia foi aprovada a Declaración de Ciudad de Panamá, um documento com posicionamento político-econômico das entidades participantes.

A delegação brasileira foi integrada pelo Presidente do Cofecon, Júlio Miragaya; pelo Conselheiro Federal Wellington Leonardo da Silva; e pelo Presidente do Corecon/RJ, José Antonio Lutterbach Soares.

4.2 Nacionais

4.2.1 XXII Congresso Brasileiro de Economia

Um Brasil contemporâneo. Esta foi a visão que norteou o XXII Congresso Brasileiro de Economia (CBE 2017). Cerca de 1.200 economistas de todo o país se reuniram para buscar respostas aos desafios brasileiros no caminho do desenvolvimento.

O Congresso acontece bienalmente e procura envolver os principais especialistas do país no debate de questões fundamentais da Ciência Econômica. O CBE é promovido pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon) em parceria com o Conselho Regional de Economia (Corecon) que sedia o evento. O CBE 2017 aconteceu em Belo Horizonte-MG, de 06 a 08 de setembro. Esta foi a segunda vez que a capital mineira acolheu o Congresso. A primeira edição realizada na cidade ocorreu há exatos 30 anos, em 1987.

O desenvolvimento econômico aliado à justiça social e à democracia orientou uma discussão que envolveu mais de 100 especialistas, 27 mesas temáticas e 90 horas de debates e palestras, além da apresentação de diversos trabalhos científicos, minicursos e sessões especiais.

O protagonismo estudantil na busca do fortalecimento da categoria foi tema da atividade que abriu a programação do CBE 2017, na manhã do dia 06/09. Estudantes e membros da Federação Nacional dos Estudantes de Economia (FENECO) discutiram o papel dos universitários na construção do pensamento econômico. No período da tarde do primeiro dia de evento, outras quatro mesas temáticas colocaram em pauta temas como o mercado de trabalho do economista e o ensino de Economia no país.

A abertura oficial do Congresso aconteceu durante a noite do dia 06/09 e contou com a presença de especialistas renomados da Ciência Econômica e diversas autoridades, como o governador de Minas Gerais e economista Fernando Pimentel, que foi presidente de honra do evento; o vice-prefeito de Belo Horizonte, Paulo Lamac; e o diretor técnico do Sebrae-MG,

Anderson Cabido; além do presidente do Cofecon, Júlio Miragaya; e o presidente do Corecon-MG, Paulo Bretas.

A cerimônia inicial também foi momento de homenagens e condecorações. A primeira delas foi a honraria Destaque Econômico do Ano, que reconhece a contribuição de entidades para o desempenho da Ciência Econômica, tanto no aspecto acadêmico quanto no aspecto aplicado. Na modalidade Academia, a honraria foi entregue à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Na modalidade Mídia, a Globo News foi a premiada. Na modalidade Desempenho Técnico, a honra coube ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na sequência, o prêmio Personalidade Econômica do Ano de 2016 foi entregue ao economista e ex-presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda. "Toda homenagem é gratificante, mas quando vem dos pares é especial", agradeceu o economista do ano. Em seguida, um tributo especial à economista portuguesa naturalizada brasileira Maria da Conceição Tavares. A professora e ex-deputada federal foi escolhida pelo Sistema Cofecon/Corecons como a grande homenageada do CBE 2017, por suas notáveis contribuições ao desenvolvimento da Ciência Econômica no Brasil. A noite foi encerrada com a palestra magna do economista argentino Roberto Frenkel, professor honorário da Universidade de Buenos Aires e pesquisador no Centro de Estudios de Estado y Sociedad (Cedes).

Um dos destaques do XXII Congresso Brasileiro de Economia foi a Sessão Especial que celebrou os 200 anos da publicação da obra "Princípios de Economia Política e Tributação", de David Ricardo, e os 150 anos da publicação do volume 1 de O Capital, de Karl Marx. Os economistas e professores universitários Maurício Coutinho (Unicamp) e Luiz Antônio de Matos Macedo (Universidade Estadual de Montes Claros) apresentaram uma análise sobre a obra de David Ricardo, enquanto João Machado Borges Neto (PUC-SP) e João Antônio de Paula (CEDEPLAR-MG) discutiram os aspectos mais importantes da obra de Karl Marx.

Na ocasião, também estiveram presentes os estudantes Danne Vieira Silva, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), e Pedro Rubin Costa, estudante da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), vencedores do Concurso de Resenhas promovido pelo Cofecon para premiar os melhores textos de universitários sobre as obras de David Ricardo e Karl Marx. Danne foi premiado por ter escrito a melhor resenha sobre o livro de David Ricardo, enquanto Pedro foi reconhecido pelo seu texto sobre a obra de Marx. Ao todo, 28 alunos de Ciências Econômicas de todo o Brasil se inscreverem e enviaram uma resenha sobre uma das publicações escolhidas.

4.2.1.1 XXIII Prêmio Brasil De Economia (PBE)

A noite que marcou o encerramento do Congresso contou com as cerimônias de premiação dos vencedores do Prêmio Brasil de Economia e da Gincana Nacional de Economia. Criado na segunda metade dos anos oitenta para estimular a produção acadêmica e a disseminação da boa técnica econômica, o Prêmio reconhece trabalhos nas seguintes categorias: monografia de graduação, artigo técnico ou científico, dissertação de mestrado, tese de doutorado e livro de Economia.

LIVRO DE ECONOMIA	
1º	José Luis da Costa Oreiro - Macroeconomia do Desenvolvimento: uma perspectiva Keynesiana
2º	Helena Maria Martins Lastres - O Futuro do Desenvolvimento
3º	José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho - Agricultura, Transformação Produtiva e Sustentabilidade
TESE DE DOUTORADO	
1º	Juliana Franco Afonso - Convergência Espacial da Produtividade Total dos Fatores da Agricultura Brasileira: Implicações dos Investimentos em Infraestrutura de Armazenamento, Pesquisa, Capital Humano e Crédito Rural
2º	Thiago de Holanda Lima Miguez - Evolução da Formação Bruta de Capital Fixo na Economia Brasileira 2000-2013
3º	Rosa Lívia Gonçalves Montenegro - Inovações Ambientais e Sistemas Nacionais de Inovação: Caracterizações para o Período 1990-2010
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	
1º	Érika Regina da Silva Gallo - Economia Comportamental Aplicada à Finanças e o Modelo de Agentes: Um estudo sobre a presença da subjetividade humana na tomada de decisão e suas implicações no mercado acionário
2º	Fernanda Nacif Marçal - Distribuição de Renda e Crescimento Econômico: Modelo Multissetorial de Simulação do Caso Brasileiro
3º	Tatiana Silva Fontoura de Barcellos - Ensaios sobre a Regulação dos Bancos de Dados Utilizados para a Análise de Crédito: Uma Abordagem da Law And Economics
ARTIGO TÉCNICO/CIENTÍFICO	
1º	Fernando Ferrari Filho e Luiz Fernando de Paula - Padrões de Crescimento e Desenvolvimentismo: Uma Perspectiva Keynesiano-Institucionalista
2º	Pedro Linhares Rossi - Componentes macroeconômicos e estruturais da crise brasileira: o subdesenvolvimento revisitado

3º	Antonio Corrêa de Lacerda - Dinâmica e evolução da crise brasileira: discutindo alternativas
MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO	
1º	Tatiane Tenório da Gama Leite (UFRPE) - O Uso da Tributação Ótima para Fomentar o Emprego no Nordeste
2º	Emília Karla Mendes dos Santos (UFRN) - Análise das Relações Comerciais entre Brasil e China: Uma Abordagem Utilizando o Modelo de Vetor de Correção de Erro
3º	Ingrid Rafaele Rodrigues Leira (UniSinos) - A Racionalidade na Tomada de Decisão: um experimento para avaliar o efeito de cenários econômicos na decisão dos eleitores em uma eleição presidencial"

Os vencedores do XXIII PBE foram definidos por uma comissão avaliadora composta por 15 professores doutores. O número total de trabalhos inscritos nesta edição foi 68, considerando todas as categorias, o que representa um recorde para a premiação. Os economistas e estudantes de Economia classificados em 1º, 2º e 3º lugar foram condecorados. A relação de nomes e trabalhos encontra-se na tabela ao lado.

4.2.1.2 VII Gincana Nacional de Economia

A Gincana aconteceu durante os dois últimos dias do XXII CBE, realizado em Belo Horizonte-MG, de 06 a 08 de setembro. O evento é uma competição virtual entre universitários, que tem o objetivo de preparar os estudantes para o mercado de trabalho e enxergar a Economia de uma forma mais prática.

A sétima edição da Gincana contou com a participação de 27 duplas. A premiação aconteceu na cerimônia de encerramento do XXII CBE. As três melhores duplas ganharam cheques de R$ 3,6 mil, R$ 2,4 mil e R$ 1,2 mil, respectivamente.

Os vencedores da Gincana foram:

VII GINCANA NACIONAL DE ECONOMIA	
1º	Johny Willian Monteiro e Franklin Carlos Zummach (FURB)
2º	Felipe Silva Rodrigues e Helaine Cristina de Sousa Nascimento (UFPI)
3º	Luann Felipe de Moraes Lobo e Juan Lucas Santiago de Souza (UEA)
4º	Germano Wallertein Ferreira Gomes e Guilherme Antônio Calabia Bayma Costa (UFPE)

4.2.2 Cofecon e ABRES promoveram seminário para discutir crise econômica brasileira

O Conselho Federal de Economia (Cofecon) e a Associação Brasileira de Economia da Saúde (ABrES) promoveram no dia 31 de outubro o seminário "Crise econômica e incerteza política: Qual o papel do Estado para o Brasil sair da recessão?". O evento ocorreu na sede do Cofecon, em Brasília, é foi aberto ao público, com participação gratuita. O debate foi transmitido ao vivo pelo Facebook do Cofecon.

O conferencista do evento foi o economista Pedro Rossi, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A mesa de debate contou com apresentações dos economistas Júlio Miragaya, presidente do Cofecon, e Carlos Ocké-Reis, presidente da ABRES. A coordenação da mesa ficou por conta de Sérgio Piola, médico sanitarista e consultor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

4.2.3 Família do ex-presidente Francisco Magalhães recebeu homenagem do Cofecon

O Conselho Federal de Economia homenageou no dia 24 de julho a memória do economista Francisco de Borja B. Magalhães Filho, que foi presidente da autarquia em 1997. Falecido em 2010, o ex-presidente foi representado pelos filhos Wilson Soares de Magalhães, Vânia Soares de Magalhães e Leandro Machado de Magalhães, além do neto Luciano Damasceno Ferreira de Magalhães. A cerimônia para entrega de placa comemorativa ocorreu na sede do Cofecon, em Brasília.

Na ocasião, o presidente do Cofecon, Júlio Miragaya, ressaltou as qualidades de Francisco Magalhães. "Tive a oportunidade de conviver com ele quando eu fui conselheiro do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal (Corecon-DF). Ele foi um presidente muito dedicado ao Sistema Cofecon/Corecons e muito aberto ao debate político. Vale destacar que muitos economistas estudaram a história da economia brasileira e mundial pelo livro escrito por Magalhães, e que até hoje eu recorro para ter informações sobre aspectos relevantes. Temos muita satisfação em ter tido um professor tão brilhante como presidente do Cofecon", destacou Júlio Miragaya.

Dos três filhos presentes, um deles seguiu o caminho do pai. Leandro de Magalhães se formou em Economia e atua como pesquisador na Inglaterra. Graduado pela Universidade de Brasília (UnB), conquistou o segundo lugar no Prêmio Brasil de Economia em 2001, o que, segundo o economista, o motivou para seguir estudando. "Fico muito honrado em receber essa homenagem pelo meu pai. Acredito que as homenagens são interessantes porque mantêm viva a história da Economia e a importância que os economistas têm para a história do país, elas lembram que fazemos parte disso", declarou Leandro de Magalhães.

O Cofecon tem homenageado ex-presidentes que exerceram o mandato há 10, 20 e 30 anos. Neste ano, também serão homenageados os ex-presidentes Renato Ilgenfritz da Silva (1987) e Synésio Batista da Costa (2007), com cerimônias nos respectivos estados. Em 2016, Cofecon e Corecon-DF homenagearam dois ex-presidentes: Dércio Garcia Munhoz, que ocupou o cargo em 1986, e José Luiz Pagnussat, que foi presidente em 1996.

4.3 Regionais

4.3.1 Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste (ENE)

O Conselho Regional de Economia de Pernambuco (Corecon-PE) promoveu, de 24 a 26 de maio, o XXIX Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste (ENE). O evento ocorreu em Recife, no Hotel Atlante Plaza, e foi voltado para membros e colaboradores dos Corecons, economistas, futuros economistas, profissionais afins, professores, empresários, gestores públicos e demais interessados.

O objetivo do ENE é compartilhar experiências e posicionamentos entre os Corecons do Nordeste, buscando formas mais adequadas de atuação e melhor entendimento da economia da região. Assim, pretende contribuir em duas direções: tanto para o aprimoramento das ações dos Corecons para valorização dos economistas quanto para uma maior e mais relevante participação da categoria na busca das melhores soluções para os problemas socioeconômicos.

O presidente do Cofecon, Júlio Miragaya, participou da mesa de abertura. Houve duas mesas de debate, sendo a primeira delas sobre "Perspectivas atuais para a Economia do Nordeste", com apresentação de Jorge Jatobá (Ceplan) e coordenação de debate feito por João Bosco de Oliveira (Corecon-PB); e "Incentivos creditícios e de capitalização para o desenvolvimento do Nordeste", apresentado por Luiz Alberto Esteves (BNB) e debate coordenado por Gustavo Casseb Pessoti (Corecon-BA).

A segunda mesa tratou do "Papel das micro e pequenas empresas no desenvolvimento do Nordeste", tema apresentado por Fernando Clímaco (Sebrae-PE) com debate coordenado por Teresinha Ferreira da Silva (Corecon-PI); "Planejamento Municipal como Estratégia de Desenvolvimento", apresentado por Lauro Chaves Neto (Corecon-CE) e tendo como debatedor Frednan Santos (Corecon-MA); e "Desenvolvimento regional no Brasil: políticas estratégias e perspectivas", apresentado por Aristides Monteiro Neto (IPEA) e tendo como debatedora Ana Cláudia Arruda (Corecon-PE).

4.3.2 22º Enesul

A conjuntura econômica nacional e da região Sul teve destaque na 22ª edição do Encontro dos Economistas da Região Sul (Enesul), realizado nos dias 28 e 29 de julho em Curitiba. O evento é uma iniciativa conjunta entre os Conselhos Regionais de Economia do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e teve como tema, neste ano, "As perspectivas da economia brasileira sob a ótica da Região Sul".

O presidente do Cofecon, Júlio Miragaya, compôs a mesa de abertura do evento, na qual parabenizou os três Corecons por terem mantido a tradição do evento, que contou com uma excelente programação. Na manhã do dia 29, Miragaya apresentou o Painel Conjuntura Econômica/Projeto de Lei da Reformulação da Profissão do Economista, em que destacou a importância do posicionamento do Cofecon diante da grave crise econômica e da adoção de medidas que não contribuem para a retomada do crescimento econômico. Sobre o Projeto de Lei que atualiza a regulamentação da profissão,

revelou a expectativa de aprovação até o final do ano.

Ao todo, o evento contemplou mais três painéis, com os seguintes temas: "Situação Econômica dos Estados do Sul e suas Perspectivas" e "Economia do Crime". A palestra magna do evento foi proferida pelo economista Gesner de Oliveira, professor do Departamento de Planejamento e Análise Econômica Aplicados à Administração – PAE-EAESP/FGV, que falou sobre "Cenários para a economia e aspectos relevantes para a Região Sul". O Enesul é promovido anualmente, em sistema de rodízio, entre os Conselhos Regionais de Economia do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sempre abordando temas importantes relacionados ao desenvolvimento destes Estados.

4.4 Estaduais/Locais

4.4.1 Corecon-DF inaugurou nova sede e entregou o XXIV Prêmio de Monografias em Economia

O Conselho Regional de Economia do Distrito Federal (Corecon-DF) realizou no dia 23 de novembro a cerimônia de entrega o XXIV Prêmio de Monografias em Economia e de inauguração da nova sede da autarquia. O evento foi prestigiado pelo presidente do Cofecon, Júlio Miragaya, por economistas e estudantes de Economia.

O prêmio teve inscrição de quinze monografias de alunos de Economia da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Católica de Brasília (UCB). Os estudantes autores das três primeiras monografias receberam, respectivamente, R$ 3.000,00; R$ 2.000,00 e R$ 1.000,00, além de certificado e troféu. Também foi entregue menção honrosa para o 4º e 5º lugar.

4.4.2 Corecon-PE promoveu VI Encontro Pernambucano de Economia

O Conselho Regional de Economia de Pernambuco (Corecon-PE) promoveu, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco (Pimes), o VI Encontro Pernambucano de Economia, realizado nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro no auditório do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O tema central do evento foi "Pensando o Brasil: perspectivas pós-crise".

Entre os destaques da programação, a palestra com o economista Otaviano Canuto, diretor executivo do Banco Mundial, realizada em Sessão Especial no dia 30 de novembro. As demais palestras tiveram como tema "Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional", ministrada por Guilherme Resende (Cade) e Patrício Arouca (Universidade do Chile); "Economia Comportamental", apresentada por Flávia Ávila (ESPM/SP); "Políticas para o Desenvolvimento do Nordeste", com Aristides Monteiro (Ipea) e Tânia Bacelar (Ceplan); e "Finanças Públicas", com Marco Antônio Cavalcanti (Ipea) e Mansueto Almeida (Ministério da Fazenda).

O evento também contou com minicursos sobre Data Mining aplicada à Economia, com o professor Gustavo Sampaio (Pimes), e Machine Learning para Economia, com o professor Raydonal Martinez (Estatística UFPE).

4.4.3 Cofecon e Corecon-DF receberam estudantes de Economia

O Conselho Federal de Economia e o Conselho Regional de Economia do Distrito Federal receberam no dia 24 de outubro uma delegação de estudantes do estado de Goiás, acompanhada pelo vice-presidente do Corecon-GO, André Luís Rodrigues dos Santos. Eles foram reunidos no auditório da Associação Comercial do Distrito Federal, receberam informações sobre as atividades do Cofecon voltadas para estudantes e ouviram palestras sobre o mercado de trabalho dos economistas.

O economista César Bergo foi o responsável por falar sobre as atividades desenvolvidas pelo economista. Destacou, entre as principais funções do profissional, as de analisar o ambiente econômico e examinar projetos para verificar sua viabilidade econômica. Listou algumas características importantes do economista, como o dinamismo, a rapidez de raciocínio e a utilização de critérios econômicos e não necessariamente critérios matemáticos. "O país carece de profissionais que entendam estas questões para que

possam fazê-lo crescer", afirmou. Por último, apresentou questões éticas da profissão.

A economista Vilma Guimarães apresentou aos estudantes uma área específica da atuação do economista: a perícia econômico-financeira. Destacou qualidades importantes no trabalho do perito, como a imparcialidade, a experiência e a objetividade. "O perito judicial é o especialista que opina sobre questões que lhe são submetidas. Ele não salta páginas durante a leitura de um processo, vai no detalhe e vê aquilo que os outros não veem", afirmou Vilma.

4.4.4 Livro do conselheiro federal Eduardo Costa, que discute a Lei Kandir, foi lançado em Belém-PA

O livro "A Lei Kandir e a derrocada do federalismo brasileiro", de autoria do conselheiro federal Eduardo José Monteiro da Costa, em parceira com o economista José Dias de Carvalho Zurutuza e a advogada Tatiane Vianna da Silva, foi lançado na noite de segunda-feira (16), no Centro Cultural Sesc Boulevard, em Belém-PA.

A obra promove uma reflexão crítica acerca dos efeitos prejudiciais do federalismo brasileiro no funcionamento dos estados do País, tomando como exemplo a Lei Complementar nº 87/ 1996, conhecida como Lei Kandir. A renda obtida pela comercialização do livro será integralmente revertida para a Associação Amigas do Peito Pará, que presta assistência social a mulheres com vivência de câncer. Essa iniciativa faz parte das ações da campanha Outubro Rosa, de prevenção ao câncer de mama.

4.4.5 Desigualdade Social no Brasil foi tema de debate realizado no Cofecon

O presidente do Conselho Federal de Economia, Júlio Miragaya, e a professora Maria de Lourdes Rollemberg Mollo, da Universidade de Brasília (UnB), participaram de debate promovido pelo Conselho Regional de Economia do Distrito Federal (Corecon-DF) sobre Desigualdade Social no Brasil. A ação faz parte da Semana do Economista, promovida pelo Regional, em comemoração ao Dia do Economista, celebrado em 13 de agosto. O evento ocorreu na sede do Cofecon, em Brasília, na última quarta-feira, 16 de agosto, e foi transmitido ao vivo pela página da autarquia no Facebook. Ao todo, 1.141 pessoas acompanharam o debate pela rede social. O debate foi mediado pelo presidente do Corecon-DF, Mário Sérgio Sallorenzo.

4.4.6 Presidente do Cofecon prestigiou II Fórum de Debate sobre a Economia do DF

O presidente do Conselho Federal de Economia, Júlio Miragaya, participou do II Fórum de Debate sobre a Economia do Distrito Federal, uma iniciativa do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal (Corecon-DF) que faz parte das comemorações pela Semana do Economista. O evento ocorreu no dia 15 de agosto na Fecomércio-DF.

Na abertura do evento, Miragaya elogiou a iniciativa e afirmou que tanto o Corecon-DF quanto o Cofecon têm participado de discussões sobre o assunto. "Temos aqui um espaço privilegiado para discutirmos da economia do Distrito Federal, pois temos representantes do executivo, legislativo e setor produtivo", afirmou. O presidente do Corecon-DF, Mário Sérgio Sallorenzo, e o vice-presidente da Fecomércio-DF, Miguel Setembrino, este representante o presidente da instituição, Adelmir Santana, também prestigiaram o evento.

Participaram como debatedores o presidente da Federação das Indústrias do DF (Fibra), Jamal Jorge Bittar; o presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, deputado distrital Joe Valle; o secretário de Economia e Desenvolvimento do DF, Antônio Valdir de Oliveira; e o economista Antonio Norival Brito. A discussão foi conduzida pelo economista José Eustáquio Moreira de Carvalho, conselheiro do Corecon-DF e assessor econômico da Fecomércio.

4.4.7 Presidente do Cofecon participou da Semana do Economista no Maranhão

O Conselho Regional de Economia do Maranhão (Corecon-MA) preparou uma intensa programação para comemorar o Dia do Economista, com atividades tanto em São Luís quanto em Imperatriz, segunda cidade mais populosa do estado. O presidente do Cofecon, Júlio Miragaya, prestigiou as festividades de abertura da delegacia do Corecon-MA em Imperatriz no dia 10 de agosto e ministrou uma palestra no campus da na Faculdade de Imperatriz (FACIMP) com o tema "Mapa da distribuição espacial da renda no Brasil", que contou com a participação de 260 estudantes e

professores dos dois cursos de economia da cidade, o da FACIMP e o da FEST. Também participou do evento o presidente do Corecon-MA, Frednan Bezerra dos Santos

Aproveitando a ida a Imperatriz, o presidente do Cofecon reuniu-se com economistas do Corecon-MA, membros da Associação Comercial e Industrial de Imperatriz (ACII), professores universitários e fez uma visita ao escritório do SEBRAE na cidade, na condição de diretor técnico do SEBRAE/DF.

No dia 11 de agosto, o presidente Miragaya esteve em São Luís, onde se reuniu com o conselheiro federal Felipe de Holanda e o ex-presidente do Corecon/MA Heric Santos Hossoé. Esteve ainda com o governador do estado, Flávio Dino, debatendo a realização de um estudo no Maranhão sobre equalização tributária, no âmbito do ACT entre o Cofecon e a Frente Nacional de Prefeitos (FNP). Na sequência, visitou a sede do SEBRAE em São Luís e se reuniu com a diretoria do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), presidido pelo conselheiro federal Felipe de Holanda.

4.4.8 Eleito Personalidade Econômica do ano pelo Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda ministrou palestra em Blumenau

O Conselho Regional de Economia (Corecon-SC) promoveu palestra com o economista Antonio Corrêa de Lacerda no dia 21 de julho em Blumenau, no auditório da Universidade Regional de Blumenau (Furb). Lacerda foi escolhido pelo Conselho Federal de Economia para receber o título Personalidade Econômica do ano de 2016, entregue no 22º Congresso Brasileiro de Economia.A palestra do economista em Blumenau integra o calendário das comemorações pelo Dia do Economista. Santa Catarina conta atualmente com sete faculdades de Economia, que formam, anualmente, uma média de 300 economistas, profissionais multifuncionais, atuando tanto em bancos e setores financeiros, como também em ramos da área comercial, administrativa e internacional.

5.1 Audiências Institucionais

5.1.1 Reunião com o senador Paulo Paim

O presidente do Cofecon esteve no Senado Federal no dia 7 de fevereiro, para entregar ao senador Paulo Paim (PT-RS) a nota oficial do Cofecon sobre a Reforma da Previdência Social e apresentar a Campanha Nacional pela Redução da Desigualdade Social no Brasil. Na ocasião, Júlio Miragaya destacou a importância da campanha e solicitou o apoio do parlamentar, que disse estar atento às questões defendidas pelo Cofecon e se colocou à disposição para dialogar sobre o assunto.

5.1.2 Reunião com o deputado Chico Alencar

No dia 21 de junho o presidente do Cofecon reuniu-se com o deputado federal Chico Alencar. Na oportunidade, abordaram a Campanha pela Redução da Desigualdade Social no Brasil, uma iniciativa liderada pelo Cofecon que conta com o apoio de cerca de 30 entidades. O deputado federal manifestou interesse em contribuir com a divulgação da iniciativa e próximas ações, como a impressão de cartilhas sobre o assunto.

5.1.3 Audiência com o governador de Minas Gerais

No dia 5 de julho os presidentes do Cofecon e do Corecon-MG estiveram com o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, para convidá-lo a participar do CBE e apresentar a programação do evento. O governador confirmou presença no CBE e ficou muito honrado com o convite para ser presidente de honra do evento.

5.2 Audiências Públicas

5.2.1 CPI da Previdência Social

O presidente do Cofecon participou do debate promovido no dia 25 de abril pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência, no Senado Federal, para analisar a Proposta de Emenda Constitucional 287/2016. A CPI foi presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e teve como relator o senador Hélio José (PMDB-DF).

Júlio Miragaya apresentou nota elaborada em conjunto com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), além de números que sustentam o argumento de um falso déficit na Previdência Social. Apontou o que considera falácias na proposta formulada pelo governo: "Cria um falso déficit, mediante subtração das receitas previdenciárias; propõe a contrarreforma durante uma crise conjuntural; sugere igualar a idade mínima de aposentadoria no Brasil com a dos países ricos; insinua gastança com pessoal; mente dizendo que será bom para o povo; dureza com o povo e generosidade para banqueiros, rentistas e especuladores; e para garantir transferências aos capitalistas, o governo aplica política de corte de direitos sociais e de gastos". Para o presidente do Cofecon, a reforma beneficia a previdência privada.

Miragaya entregou o documento "O novo modelo atuarial do Governo Federal para o RGPS: As inconsistências permanecem", elaborada por uma qualificada equipe de técnicos. De acordo com o presidente, em síntese, o documento denuncia que o Governo projeta um quadro de caos no Sistema superestimando a previsão de gastos previdenciários, mediante a superestimação da população idosa futura e subestimando a previsão de receita previdenciária, mediante a subestimação da previsão de crescimento do PIB. "Nós, economistas, não conseguimos prever qual vai ser o desempenho do PIB para este trimestre, tal o desencontro de dados que existem. No entanto, o governo projeta, com uma tranquilidade enorme, até 2060", observou. O presidente apontou ainda

que a proposta, se aprovada, provocará impacto negativo nas economias de milhares de pequenos municípios do Brasil. “Cerca de 70% dos 5570 municípios vão ter uma queda brutal nos seus rendimentos com a redução dos benefícios previdenciários. Nesses municípios as receitas previdenciárias superam o fundo de participação dos municípios”, disse.

Durante a reunião, o presidente da CPI, senador Paulo Paim (PT-RS), observou que 95% da população é contra a reforma da Previdência e a reforma trabalhista propostas pelo governo Temer. Ele também criticou a violência policial contra manifestantes no ato do dia anterior, que reuniu milhares de pessoas em Brasília.

5.2.2 Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

No dia 29 de maio o presidente do Cofecon participou de uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. Na ocasião foi lançado o livro “O dragão debaixo da cama”, do qual Miragaya participou com o artigo “Reformas ou contrarreformas”. A publicação é de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) e conta com textos de lideranças sociais, sindicais e populares, jornalistas, juízes, professores e especialistas em Previdência Social e direitos trabalhistas.

A obra coletiva traz uma reflexão e análise do momento político-econômico por que passa o Brasil, principalmente no que diz respeito às reformas Trabalhista e Previdenciária propostas pelo governo de Michel Temer. Durante a audiência pública, o presidente do Cofecon externou o posicionamento da autarquia em relação às reformas. “A maioria da nossa categoria tem um pensamento crítico por uma razão simples: sabemos que tudo isso tem apenas um objetivo, que é transferir recursos da base da pirâmide para o topo da pirâmide”, afirmou.

Em relação à reforma da Previdência Social, Miragaya criticou o modelo atuarial do governo. “Eles superestimam os benefícios pagos no futuro, até 2060, através de um artifício banal, superestimando a população idosa brasileira. Abdicam da própria projeção do IBGE e subestimam o crescimento da economia, consequentemente subestimam a receita”, declarou. Mencionou também a nota elaborada pelo Cofecon sobre o agravamento da crise político-institucional brasileira.

5.2.3 Audiência Pública sobre a Lei Kandir

O conselheiro federal Eduardo Costa, foi um dos palestrantes na audiência pública que discutiu a Lei Kandir (Projeto de Lei Complementar nº 221/1998) na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, na tarde de 13 de junho. Em sua exposição, Costa defendeu a necessidade de implementar uma nova regra de compensação. "Essa negação ao direito dos estados está fadando alguns deles ao subdesenvolvimento. A não regulamentação da Lei Kandir se expressa como um forte exemplo de injustiça federativa, principalmente por prejudicar consideravelmente as capacidades arrecadatórias dos estados, bem como as suas possibilidades de execução de políticas públicas", argumentou o conselheiro. Eduardo Costa também é presidente da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa).

6.1 Participações em Congressos

6.2.1 43º Encontro Nacional dos Estudantes de Economia (Eneco)

No dia 16 de julho o presidente do Cofecon participou da solenidade de abertura do 43º Encontro Nacional dos Estudantes de Economia (Eneco). O evento se realizou em Goiânia e teve como tema "Brasil: Que País Será Esse? A Amplitude das Soluções para o Desenvolvimento Socioeconômico Brasileiro". O Encontro foi composto por palestras magnas, ciclos de debates, oficinas, apresentações de trabalhos, e apresentações culturais tanto para discutir a amplitude dos problemas, alternativas e soluções para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro, quanto para promover a interação e integração das pessoas de diferentes áreas, com interesses correlacionados, e durou até o dia 22 de julho.

6.2.2 X Encontro da Associação Keynesiana Brasileira

O presidente do Cofecon, Júlio Miragaya, participou da cerimônia de abertura do X Encontro da Associação Keynesiana Brasileira, realizado no dia 17 de agosto na Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas (FACE) da Universidade de Brasília (UnB). Também estiveram na mesa de abertura Nelson Marconi, presidente da Associação Keynesiana Brasileira e professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EESP/FGV); Eliane Araújo, vice-presidente da Associação Keynesiana Brasileira e professora da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Adriana Amado, chefe do Departamento de Economia da FACE.

6.2.3 XXXII Congresso da ANGE

O presidente do Cofecon participou da abertura do XXXII Congresso da Associação Nacional de Cursos de Graduação em Ciências Econômicas (ANGE), realizada no dia 4 de outubro no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O evento teve como tema "Desinterditando o debate: uma visão plural do ensino de Economia no Brasil", discutido em mesas especiais, palestras, minicursos e reuniões de trabalho.

Também participaram da cerimônia de abertura o presidente da ANGE, Eduardo Rodrigues da Silva, também conselheiro federal; o presidente do Corecon-RJ, José Antonio Lutterbach Soares; o presidente do Sindecon-RJ, Sidney Pascoutto; o diretor do Instituto de Economia da UFRJ, David Kupfer; a vice-presidente da Sociedade de Economia Política, Vanessa Petrelli Correa; o conselheiro regional Oswaldo Ferreira Guerra (Corecon-BA); e o coordenador-geral da Feneco, Marcos Antonio da Silva e Silva.

Em seu discurso, o presidente do Cofecon abordou o grave momento socioeconômico que o Brasil vive, destacando a agenda de retrocesso social e criticando a retomada do crescimento econômico pautada concentração de renda, ou seja, em um desenvolvimento que não inclui o conjunto da população brasileira.

Após a abertura, a ANGE homenageou os professores do Instituto de Economia da UFRJ, honraria recebida pelo economista e professor Luiz Carlos Prado, ex-presidente do Cofecon (1998). Outro ex-presidente, Antonio Corrêa de Lacerda (1999), participou como debatedor do tema central do evento.

6.2.4 XXII Encontro Nacional da Anipes

O XXII Encontro Nacional da Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (Anipes) ocorreu de 21 a 22 de novembro na sede da Fundação Seade, em São Paulo. O evento contou com a participação de cerca de 100 dirigentes e técnicos representantes de 20 instituições filiadas à Anipes e proporcionou aos presentes uma rica discussão sobre os temas mais relevantes que envolvem as instituições de planejamento, pesquisa e estatística. Na ocasião, foi eleita a diretoria para o biênio 2018-2019, que terá a presença de dois conselheiros federais: Júlio Miragaya (reeleito como presidente da Anipes) e Felipe de Holanda.

6.2 Participações em Seminários, Palestras e Debates

6.2.1 Seminário Projeções e Perspectivas para a Economia Brasileira e Paraense

O presidente do Cofecon, Júlio Miragaya, e o conselheiro federal Eduardo Costa participaram do seminário Projeções e perspectivas para a economia brasileira e paraense em 2017, realizado no dia 25 de janeiro em Belém. O evento foi promovido pela Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa (Fapespa), da qual Costa é presidente, e reuniu representantes de instituições governamentais e entidades de classe. Miragaya falou sobre cenários e perspectivas para a economia brasileira em 2017, enquanto Eduardo abordou projeções de indicadores econômicos para o estado do Pará neste ano.

Também participaram como palestrantes a gerente executiva da Unidade de Negociações Internacionais na Confederação Nacional da Indústria (CNI), Soraya Saavedra Rosar; o coordenador do programa Pará 2030, Alex Moreira; a secretária extraordinária de Estado de Integração de Políticas Sociais, Izabela Jatene; o secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, Heitor Pinheiro; e a secretária extraordinária de Gestão Estratégica, Noêmia Jacob.

6.2.2 Debate na OAB sobre Reforma da Previdência

O Cofecon se uniu a mais de 20 entidades e participou de debate promovido pela Comissão de Direito Previdenciário do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para consolidação de propostas e sugestões à Reforma da Previdência Social. O presidente Júlio Miragaya representou a instituição no encontro, que ocorreu no dia 31 de janeiro na sede da OAB nacional, em Brasília, e que também contou com a presença do deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB) e de presidentes de comissões previdenciárias de seccionais.

A proposta de Ordem é reunir entidades e discutir profundamente o tema sob diversos pontos de vista para formular uma proposta de reforma da previdência que contemple as demandas de diferentes setores como alternativa à Proposta de Emenda à Constituição 287, de autoria do governo, que institui a Reforma. Além de diferentes entidades, a OAB também convidou a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social para participar dos debates.

Júlio Miragaya criticou a Reforma proposta e falta de diálogo entre governo e a sociedade: "O Cofecon entende que não podemos aceitar essa situação da forma como está colocada. Não se muda um sistema de quase um século, e que afeta dezenas de milhões de brasileiros, sem sequer admitir um processo de debate com sociedade, em ações como a realização de audiências públicas. Esse deveria ser o papel do Congresso Nacional, o que ele não faz por um motivo muito óbvio: sabe que perde essa discussão", argumentou o presidente do Cofecon. Como encaminhamento da reunião, Miragaya defendeu que as entidades apresentem um texto substitutivo completo.

6.2.3 Frente Parlamentar em defesa da Previdência Social

O Conselho Federal de Economia aderiu à Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, que é constituída por mais de 300 deputados federais e senadores dos mais diversos partidos e 85 instituições da sociedade civil, tais como Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), Federação Nacional dos Policiais Federais, Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário e Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco).

A Frente defende a manutenção dos direitos sociais e uma reforma estrutural da captação de recursos nos termos da legislação atual, com o propósito de garantir a segurança jurídica e atuarial do sistema de Seguridade Social Brasileiro. O grupo defende que o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é superavitário e acredita que a prevenção de problemas ocasionados pela inversão demográfica deve ser enfrentada com um bom debate e sob a realidade atuarial e econômica da Seguridade Social.

Tal posicionamento coincide essencialmente com a nota técnica aprovada na primeira Sessão Plenária do ano e divulgada à sociedade em geral. A autarquia constituiu, no âmbito da Comissão de Política Econômica, uma subco-

missão de Previdência Social, integrada por conselheiros federais e ex-presidentes e que irá conduzir o debate.

6.2.4 Ato público em defesa da Previdência Social

No dia 14 de março o Cofecon participou do ato "Por uma Proposta Justa de Reforma da Previdência – Não à PEC 287/2016". Diversas entidades se dirigiram ao Congresso Nacional para entregar aos parlamentares a Carta Aberta sobre a Reforma da Previdência, documento que requer a suspensão da tramitação do projeto de lei até que se discuta o assunto democraticamente com a sociedade, mediante a realização de audiências públicas que possibilitem a análise de estudos econômicos, atuariais e demográficos completos, a fim de que se dê a devida transparência aos dados da Seguridade Social.

Além do Cofecon, participaram da entrega da Carta entidades como o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), Auditoria Cidadã da Dívida, Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP) e Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (ANAFE), Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) e Instituto dos Advogados Previdenciários de São Paulo (IAPE).

6.2.5 Debate de conjuntura na CNBB

O presidente do Cofecon participou no dia 21 de março de um debate sobre conjuntura econômica durante o encontro do Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O convite foi feito pelo secretário-geral da entidade, Dom Leonardo Steiner. O evento reuniu a presidência da CNBB, os presidentes dos 18 regionais, os presidentes das Comissões Episcopais de pastoral, os representantes de bispos e assessores. O Cofecon também se fez presente com o coordenador da Comissão de Política Econômica, conselheiro Róridan Duarte.

Mais de 70 pessoas prestigiaram o evento, que encheu o auditório. A palestra de Miragaya respondeu pela prática do Conselho Permanente da CNBB que, em suas reuniões ordinárias, sempre dedica espaço para a análise da conjuntura brasileira.

Em sua fala, Miragaya falou sobre o contexto da crise econômica vivida pelo Brasil, discorreu sobre alguns mitos e reais razões da crise e falou das soluções apontadas pelo mercado financeiro, diferenciando-as daquelas defendidas pelo Cofecon. Por último, fez algumas previsões para 2017 – algumas delas não muito otimistas.

Após a palestra, o presidente do Cofecon respondeu a vários questionamentos dos presentes, com assuntos abrangentes que foram desde as consequências específicas de determinadas medidas propostas pelo governo até as perspectivas de futuro para a juventude brasileira, passando pelas ações do Conselho Federal de Economia no sentido de esclarecer a população sobre o debate econômico realmente necessário para o país e que muitas vezes não é feito na grande imprensa. Miragaya falou sobre as notas do Conselho – e levou vários exemplares de algumas delas para distribuir entre os participantes da reunião – e destacou a Campanha Nacional pela Redução da Desigualdade Social, lançada em maio. "A entidade tem um peso muito grande e as perguntas feitas mostram que eles estão preocupados com a sociedade", elogiou o presidente do Cofecon.

6.2.6 IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável

O presidente do Cofecon participou do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, realizado no Estádio Nacional Mané Garrincha no dia 27 de abril. Júlio Miragaya foi palestrante na mesa "Propostas estruturantes para equilibrar financeiramente os municípios do g100", grupo que reúne cidades brasileiras com mais de 80 mil habitantes, baixa renda e alta vulnerabilidade socioeconômica.

Miragaya afirmou que Brasília é um bom exemplo desse desequilíbrio na distribuição do orçamento. "Muito embora a capital federal tenha características de município e de estado, tem orçamento e estrutura dinâmica que contempla duas dimensões, mas observamos desnível muito grande entre orçamento da capital e de municípios goianos que nos circundam. Não à toa, todos os municípios dessa virtual área metropolitana de Brasília que têm mais de 80 mil habitantes estão no g100, sem exceção", destacou.

Também participaram da mesa o ex-presidente do IPEA, Fernando Rezende; o

coordenador de Estudos Federativos do IPEA, Constantino Mendes; o gerente de Pessoa Jurídica Pública da Caixa Econômica Federal, Gilson Fernando Cordeiro Silveira; e o diretor da Aequus Consultoria, Alberto Borges.

6.2.7 Lançamento de frente parlamentar pelas Diretas Já

No dia 07 de junho o presidente do Cofecon participou do lançamento da Frente Suprapartidária em Defesa das Diretas Já. O evento reuniu dezenas de parlamentares e lotou o salão nobre da Câmara dos Deputados. A frente foi composta por cinco partidos, cujas bancadas somam mais de 150 parlamentares entre deputados e senadores: PT, PSB, PCdoB, PDT e PSOL. Além deles, vários outros parlamentares (de partidos como PR, Rede, PSD e PMDB) estiveram presentes, afirmando que não estavam representando seus partidos, mas manifestando total apoio à Frente.

Vários parlamentares discursaram em defesa da realização de eleições diretas – alguns deles, inclusive, afirmando que a solução para a crise política não virá do Congresso Nacional e pedindo eleições para todos os cargos. Tal possibilidade estava alinhada com a nota oficial emitida pelo Cofecon no dia 19 de maio: "Em havendo vacância do cargo de Presidente da República e, em respeito ao Estado Democrático de Direito, o Cofecon defende que, mediante a aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional, sejam convocadas eleições gerais diretas antecipadas para a Presidência da República e para a Câmara dos Deputados e 2/3 do Senado Federal, com mandatos que excepcionalmente finalizem em 2022".

6.2.8 Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional

No dia 21 de junho o presidente do Cofecon participou do lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional, com a participação de deputados e senadores. O presidente da Frente, senador Roberto Requião (PMDB-PR), afirmou que o grupo está aberto a todos os parlamentares que expressem preocupação com o destino da nação, e que transcende partidos. "Não temos inimigos, exceto aqueles que colocam o poder econômico como instrumento de subordinação da política aos interesses do mercado e dos grandes capitais. Hoje, a maior ameaça à soberania brasileira vem da financeirização da economia, na medida em que o sistema financeiro se tornou um meio de escravização de nosso povo através de juros esmagadores e escassez de crédito a longo prazo. A economia e a sociedade estão sangrando", argumentou o senador.

6.2.8 Comitê contra a corrupção nas eleições amazonenses

A conselheira federal Denise Kassama representou o Cofecon no comitê do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) e de Combate ao Caixa Dois no Amazonas, responsável por promover a fiscalização de uma campanha eleitoral na nova eleição para governador no estado. O pleito foi necessário porque o governador eleito foi cassado por compra de votos. A decisão do TRE/AM (Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas) foi confirmada pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), que determinou a realização desta nova eleição, que tem o amparo legal pela chamada "Minirreforma Eleitoral" (Lei Nº 13.165/2015). Nove candidatos disputaram a eleição, com a vitória de Amazonino Mendes sobre Eduardo Braga no segundo turno, realizado no dia 27 de agosto.

6.2.9 Posse do Sindicato dos Economistas de Minas Gerais

O presidente do Cofecon, Júlio Miragaya, prestigiou a cerimônia de posse da direção do Sindicato dos Economistas de Minas Gerais para o biênio 2017-2018, realizada no dia 4 de julho. A economista Valquíria Assis foi empossada como presidente. O evento reuniu mais de 200 pessoas e contou com uma palestra do ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, que falou sobre conjuntura político-econômica e apresentou o Manifesto do Projeto Brasil Nação, iniciativa do ex-ministro que mostra "uma alternativa viável e responsável para o Brasil". O presidente do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais (Corecon-MG), Paulo Bretas, também participou do evento e convidou os presentes a participarem do 22º Congresso Brasileiro de Economia.

6.2.10 Posse da nova diretoria da FACE/UnB

No dia 12 de julho o presidente do Cofecon, Júlio Miragaya, bem como o presidente e a vice-presidente do Corecon-DF, Mário Sérgio Sallorenzo e Mônica Beraldo, participaram da solenidade de posse da nova diretoria da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública (FACE) da Universidade de Brasília (UnB). O evento ocorreu no auditório da Reitoria. Foram empossados, como diretor e vice-diretora, o contador Eduardo Tadeu Vieira e a economista Maria Eduarda Tanuri-Pinto.

Vieira destacou a presença de representantes dos conselhos que regulamentam as profissões que compõe a área de formação da faculdade. "Estamos de portas abertas a vocês. A universidade necessita de diálogo com a sociedade, e os conselhos são muito importantes nesse processo. Nossa força vem da nossa diversidade, e ao longo dos anos conseguimos construir essa união no ambiente acadêmico", afirmou.

6.2.11 1º Fórum Econômico de Goiás

No dia 16 de julho o presidente do Cofecon participou do 1º Fórum Econômico de Goiás, evento promovido em Goiânia pela Federação das Associações de Jovens Empresários e Empreendedores do Estado de Goiás (FAJE-Goiás), discutindo "Infraestrutura, Tecnologia e Inovação". O evento teve como objetivo discutir pautas econômicas contemporâneas, apresentar o dinamismo, as oportunidades e benefícios para empresários e investidores, além de aproximar os stakeholders da cadeia produtiva de diversos segmentos da economia goiana.

6.2.12 Impactos da conjuntura nacional e internacional para a dívida pública

O Cofecon sediou na noite de 9 de agosto o seminário "Conjuntura macroeconômica mundial e brasileira: impacto na dívida pública", realizado pelo Núcleo Distrito Federal da Auditoria Cidadã da Dívida. O evento foi realizado na Sala de Plenárias João Paulo de Almeida Magalhães e contou com uma palestra do economista Victor Hohl (Corecon-DF).

6.2.13 Lançamento de Plano Estratégico municipal

A conselheira federal e ex-presidente do Conselho Regional de Economia de Tocantins (Corecon-TO), Maria do Socorro Erculano, participou como palestrante do lançamento do Plano Estratégico do município de Brejinho de Nazaré (TO), no dia 14 de novembro. O documento foi apresentado no dia do aniversário da cidade, que completou 59 anos, e contempla as atividades previstas até 2021.

Durante o evento, a conselheira federal abordou "Os aspectos econômicos e sociais que mais impactam no desenvolvimento municipal". Também participaram a prefeita da cidade, Miyuki Hyashida, e o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO), Manoel Pires dos Santos, entre outras autoridades.

6.2.14 Debate sobre desigualdade

O Movimento Popular por uma Ceilândia Melhor (MOPOCEM) realizou no dia 18 de novembro um debate sobre "Desigualdade social e racial: uma realidade a ser transformada". Participaram da discussão o presidente do Cofecon, Júlio Miragaya, e Viridiano Brito, que é membro do MOPOCEM. O evento foi realizado às 14h30 no Centro Comunitário do Idoso Luisa de Marillac, em Ceilândia, Distrito Federal. Na oportunidade, Miragaya falou, entre outros temas, sobre a Campanha pela Redução da Desigualdade Social no Brasil.

6.2.15 Entrega do Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional

Em sua quarta edição, o Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional homenageou o geógrafo brasileiro Milton Santos. O presidente do Cofecon, Júlio Miragaya, participou da cerimônia de entrega da premiação, realizada no dia 5 de dezembro, na sede do Ministério da Integração Nacional, em Brasília.

Em seu discurso, o presidente do Cofecon destacou que os economistas brasileiros se guiam mais pelos valores de Celso Furtado do que pelos valores dos economistas do mercado financeiro e leu um trecho do livro Formação econômica do Brasil, que destaca a concentração de renda regional como um fenômeno universal e, uma vez iniciada, sua reversão é praticamente impossível.

"O Celso Furtado disse isso quando lançou o livro. Infelizmente, 57 anos depois, é como se tivesse escrito hoje porque a realidade brasileira pouco se alterou. Há poucos dias foi divulgada a Pnad Contínua e o que vimos é que o Brasil permanece como o país das desigualdades", observou Miragaya.

O objetivo do Prêmio é promover a reflexão, do ponto de vista teórico e prático, acerca do desenvolvimento regional no Brasil, envolvendo o poder público e a sociedade civil organizada na discussão e na identificação de medidas concretas para a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento.

Foram premiados pesquisadores em seis categorias: Produção do Conhecimento Acadêmico; Práticas Exitosas de Produção e Gestão Institucional; Projetos Inovadores para Implantação no Território; Amazônia - Tecnologia e Inovações para o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA); Centro Oeste - Desenvolvimento para a Faixa de Fronteira; e Nordeste - Inovação e Sustentabilidade.

6.2.16 Seminário de Economia Política da Saúde

O conselheiro federal Fernando Aquino participou, no dia 12 de dezembro, do 3º Seminário de Economia Política da Saúde, realizado no auditório da Fiocruz Pernambuco. O tema central do evento foi "Esquema Financeiro e Sistema da Dívida Pública no Brasil" e Fernando Aquino participou da mesa sobre Dívida Pública e Sistema Financeiro, ao lado da representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional Adriana Albuquerque.

O evento, aberto ao público, foi uma iniciativa da disciplina Fundamentos da Economia da Saúde, que faz parte do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Fiocruz PE, do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Pernambuco e do Grupo de Economia Política da Saúde. A Associação Brasileira da Economia da Saúde (Abres) e o Grupo de Pesquisa Governança em Serviços de Saúde apoiaram a realização do seminário.

7.1 Nota da Presidência do Cofecon sobre a Reforma da Previdência

A presidência do Conselho Federal de Economia (Cofecon) se posiciona em defesa da Previdência Social, pública, em seu atual regime de caráter contributivo e solidário. Desta forma, vem manifestar sua posição contrária à proposta de reforma da Previdência Social formulada pelo Governo Federal pelas seguintes razões:

1. A Previdência Social começou a ser instituída no Brasil em 1923 (com a chamada Lei Elói Chaves), portanto, há 93 anos. É inadmissível que o governo, que carece de legitimidade conferida pelas urnas, busque, "a toque de caixa", alterar de forma tão profunda um sistema que funciona no país há quase um século;

2. Mudanças na Previdência Social afetarão a vida de dezenas de milhões de brasileiros e é inaceitável que alterações tão profundas se façam sem um efetivo debate na sociedade brasileira;

3. Não satisfaz de forma alguma à ampla maioria de nossa sociedade o debate sobre a reforma da previdência ficar circunscrito ao Congresso Nacional. Além das duas instituições (Senado Federal e Câmara dos Deputados) carecerem de maior legitimidade perante nosso povo, corre-se o risco de acontecer o mesmo que ocorreu com a PEC 55, quando se viu o Governo Federal "convencendo" parlamentares em bases não republicanas, para dizer o mínimo;

4. O governo propositalmente omite que a Constituição Federal, em seu Art. 195, previu um sistema tripartite – empregados, empresas e governo – contribuindo para custear a Seguridade Social, que inclui a Previdência Social. Ademais, apesar da expressiva queda na arrecadação em 2015/2016, ela continua superavitária. A proposta de reforma previdenciária do governo parte de resultados obtidos após retirar fontes para a seguridade social criadas expressamente para o seu financiamento, das quais se destaca a Cofins, fabricando um déficit com o propósito de legitimar a redução do fluxo de benefícios para os trabalhadores;

5. Não faz sentido comparar nosso sistema previdenciário com o de países ricos, em que os benefícios, quando concedidos pelo Estado, se justificariam apenas para os trabalhadores que não apresentam suficiente capacidade laboral para assegurar seu próprio sustento. No Brasil, mesmo indivíduos com capacidade laboral perdem a empregabilidade muito cedo e, para os que ainda não a perderam, é aceitável que continuem trabalhando após começar a receber benefício previdenciário, como um bônus a reduzir a desigualdade num dos países mais desiguais do mundo;

6. Já no 25º Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, realizado de 31 de agosto a 2 de setembro em Natal (RN) e que reuniu cerca de 200 economistas representando os 26 Conselhos Regionais de Economia, destacávamos na "Carta de Natal" - documento aprovado por unanimidade no evento - após severa crítica à proposta da PEC 241 que tramitava na Câmara dos Deputados (PEC 55 no Senado Federal), que: "Caminha-se para uma proposta de Reforma Previdenciária que pode representar injustiças, sobretudo com a população mais pobre, ao se buscar elevar a idade mínima para aposentadoria ao patamar praticado em países com expectativa de vida bem superior à brasileira. Como sugerir que o trabalhador rural se aposente aos 65 anos se a expectativa de vida dessa população, no Norte-Nordeste é de 63 anos?";

7. Ocorre que a proposta do governo veio mais draconiana que o esperado. Equiparam-se, para efeito de aposentadoria, as mulheres aos homens e os trabalhadores rurais aos urbanos; propõe-se a desvinculação do salário mínimo em diversas situações, como no Benefício da Prestação Continuada (BPC); eleva-se a comprovação de contribuição previdenciária de 15 para 25 anos e, o mais grave, para 49 anos de contribuição para se ter o direito ao benefício integral. Há alguns anos, um ex-presidente cunhou o termo "inempregáveis" e corre-se o risco de se instituir a figura dos "inaposentáveis";

O Cofecon não se furta ao debate e entende que, em relação à questão previdenciária, determinadas medidas de ajuste devem ser adotadas, mas não as que estão sendo propostas. Desta forma, nos somamos às inúmeras entidades que já se posicionaram contra a proposta da reforma previdenciária do governo, inclusive porque dezenas de milhares de economistas serão afetados por ela, e exigimos do Governo Federal e do Congresso Nacional que a ponha em debate, com a realização de audiências públicas nas diversas regiões do país.

Presidência do Conselho Federal de Economia

7.2 Nota do Cofecon sobre a PEC da Reforma da Previdência (676ª Sessão Plenária)

O Conselho Federal de Economia (Cofecon) é favorável ao debate sobre a sustentabilidade do sistema previdenciário e a mudanças visando adaptação à evolução demográfica em curso, aperfeiçoamento do sistema e correção de falhas. Mas essas medidas devem ser precedidas de amplo e efetivo debate na sociedade brasileira. Para tanto, defendemos a realização de audiências públicas nas diversas regiões do país, de modo que a discussão não fique circunscrita ao Congresso Nacional.

Posicionamo-nos em defesa da Previdência Social, pública, em seu atual regime de caráter contributivo e solidário e manifestamo-nos de forma crítica à proposta de reforma formulada pelo Governo Federal.

A Previdência Social começou a ser instituída no Brasil em 1923 (com a chamada Lei Elói Chaves), portanto há quase um século, e é inadmissível que se busque alterar esse sistema de forma tão profunda e sem uma ampla reflexão, pois afetará a vida de dezenas de milhões de brasileiros.

O pressuposto que justificaria a reforma, o chamado "déficit da Previdência", é controverso. Estima-se déficit de R$ 180 bilhões para 2017. Entretanto, ignora que a Constituição Federal, em seu art. 195, prevê um sistema tripartite, com empregados, empregadores e governo contribuindo para custear a Seguridade Social, que inclui além da Previdência Social, a Saúde e a Assistência Social. A Seguridade Social, segundo a ANFIP (Associação Nacional dos Fiscais Previdenciários), seria superavitária em 2015 em R$ 20,1 bilhões, com receitas de R$ 704 bilhões e despesas de R$ 683,9 bilhões, desde que o governo não houvesse subtraído recursos a ela destinados.

A proposta do governo, de forma equivocada, foca nas despesas. Conforme estudo elaborado pelo DIEESE, a subtração de recursos da Seguridade Social supera R$ 123 bilhões anuais, compreendendo: aplicação da Desvinculação de Recursos da União (DRU) sobre recursos da Seguridade Social (R$ 61 bilhões); desoneração das exportações do agronegócio (R$ 5,3 bilhões); isenções previdenciárias para entidades filantrópicas (R$ 11 bilhões); sonegação mediante assalariamento sem carteira de trabalho (R$ 46 bilhões).

No XXV Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, realizado de 31 de agosto a 2 de setembro em Natal (RN) e que reuniu cerca de 200 economistas representando os 26 Conselhos Regionais de Economia, a "Carta de Natal" - documento aprovado por unanimidade no evento - destacou: "Caminha-se para uma proposta de Reforma Previdenciária que pode representar injustiças, sobretudo com a população mais pobre, ao se buscar elevar a idade mínima para aposentadoria ao patamar praticado em países com expectativa de vida bem superior à brasileira. Como sugerir que o trabalhador rural se aposente aos 65 anos se a expectativa de vida dessa população, no Norte-Nordeste é de 63 anos?"

O fato é que a proposta do governo veio mais draconiana que o esperado. Equiparam-se, para efeito de aposentadoria, as mulheres aos homens e os trabalhadores rurais aos urbanos; propõe-se a desvinculação do salário mínimo em diversas situações, como o Benefício da Prestação Continuada (BPC); eleva-se a comprovação de contribuição previdenciária de 15 para 25 anos e, o mais grave, para 49 anos de contribuição para se ter o direito ao benefício integral; e regras de transição. Adicionalmente, a proposta de reforma da previdência aumentará as desigualdades, ao reduzir o fluxo de transferências representado pelos benefícios previdenciários pagos aos trabalhadores do setor privado, uma vez que mais de 90% desses beneficiários são das classes C, D e E.

O Cofecon entende que correções precisam ser feitas no âmbito da Previdência Social, começando por deixar de reduzir sua receita com isenções e subtrações já mencionadas, e que mudanças nas condições de acesso e nos valores dos benefícios não atinjam os brasileiros mais pobres e vulneráveis, como a proposta do governo o faz.

Brasília, 04 de fevereiro de 2017.

Conselho Federal de Economia

7.3 Nota da Presidência do Cofecon sobre a participação da mulher na economia

Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, o Conselho Federal de Economia reitera o reconhecimento a todas as mulheres economistas, profissionais presentes, atuantes e relevantes em todas as áreas da atividade econômica, governamental e privada, que contribuem com suas capacidades e habilidades intelectuais para o avanço da Ciência Econômica e para o progresso econômico e social de nossa sociedade.

Mas na data dedicada a celebrar as lutas e as conquistas das mulheres em todo o mundo, causou enorme estupefação a afirmação do presidente da República, Michel Temer, relativa ao papel da mulher na sociedade brasileira, em particular a referente à sua relação com a economia: "Na economia, também a mulher tem grande participação. Ninguém mais é capaz de indicar os desajustes de preços no supermercado do que a mulher".

A afirmação de Michel Temer, limitando a relação das mulheres com a economia à identificação de possíveis desajustes nos preços praticados nos supermercados, desrespeita todas as mulheres brasileiras, certamente capazes de compreender as interações das diversas variáveis econômicas com seu cotidiano, mas notadamente às 86 mil mulheres economistas existentes no Brasil (37% do total de 240 mil graduados em Economia), mulheres que se capacitaram à análise crítica e formulação de políticas no campo da macroeconomia ou à maior eficiência na gestão econômica das empresas, para ficar em apenas dois exemplos.

Michel Temer poderia ter reconhecido os preconceitos que as mulheres sofrem no País: que embora tenham maior escolaridade média que os homens, recebem pouco mais que 70% dos salários desses; que sua jornada de trabalho excede em 7 horas semanais à dos homens; que a taxa de desemprego entre as mulheres é de 13,8%, 30% superior à dos homens (10,7%); e que ocupam apenas 13% dos cargos diretivos de instituições públicas e privadas e pouco mais de 10% das cadeiras no Congresso Nacional.

Michel Temer poderia também ter exaltado a perseverança das mulheres, que fez com que, em 25 anos, sua participação na chefia de domicílios brasileiros passasse de 20% para 40%. Poderia ainda ter pedido perdão, em nome do Estado, às mais de 500 mil mulheres brasileiras (70% crianças e adolescentes) que anualmente sofrem violência sexual em nosso País, assim como às famílias das 5,7 mil mulheres que foram assassinadas em 2016.

Mas Michel Temer preferiu apenas destacar o papel da mulher de "dona do lar" e "cuidadora dos filhos", atribuições essas, diga-se de passagem, que as mulheres fazem com excelência. Várias foram as conquistas sociais das mulheres ao longo da história, deixando evidente que a mulher não possui capacidade intelectual inferior à do homem, ao contrário, a mulher é intelectualmente capaz de assumir responsabilidades cívicas e sociais, tomar decisões relevantes e desenvolver atividades criativas em todas as áreas de atuação.

É próprio das mentes conservadoras e reacionárias não reconhecer que, na sociedade atual, a mulher tem participação cada vez mais ampla nos debates e construções sociais, inclusive exercendo influência relevante e determinante em suas áreas de atuação, com tomadas de decisão que determinam e direcionam instituições, governos e a sociedade.

Nossa solidariedade e homenagem às mulheres brasileiras, especialmente às economistas.

Conselho Federal de Economia

7.4 Nota do Cofecon sobre a Reforma Trabalhista (677ª Sessão Plenária)

O Brasil vive uma das mais graves crises de sua história. Uma década já considerada perdida, com projeção de baixo crescimento econômico para 2017, baixos investimentos, alto endividamento das famílias, elevada informalidade, desindustrialização, perda de competividade da indústria nacional, e um contingente de mais de 12 milhões de desempregados. Nesse contexto, uma ampla agenda de reformas vem sendo proposta para a sociedade brasileira, entre elas a Reforma Trabalhista.

Sobre a questão da Reforma Trabalhista o Conselho Federal de Economia se manifesta, inicialmente defendendo a necessidade de um amplo debate com a sociedade, e elenca alguns desafios e preocupações que precisam ser observados.

O maior desafio que o país precisa enfrentar é a retomada de uma trajetória de crescimento sustentada com a geração de mais e melhores empregos. Isto implica na reversão do quadro de expectativas dos agentes e aumento do volume de investimentos, mas para isso é condição sine qua non o enfrentamento de toda uma agenda que possa garantir a ampliação da competitividade das empresas nacionais, dentro de um contexto de uma economia moderna, sem que isso represente a regressão dos direitos dos trabalhadores, conquistados num processo progressista e democrático. Como exemplos desta agenda mais ampla destaca-se a necessidade de redução do custo Brasil; aumento da taxa de produtividade; elevação do volume de investimentos em ciência, tecnologia e inovação; ampliação e melhorias na infraestrutura; aprimoramento e simplificação do modelo tributário; redução das taxas de juros; ampliação do crédito e adoção de uma taxa de câmbio mais competitiva.

Reconhece-se que, ao longo de sua existência, a CLT cumpriu o papel de proteger o trabalhador e de solucionar os conflitos existentes entre empregados e empregadores. Mas, em que pesem algumas atualizações que a legislação sofreu desde a sua criação, o Conselho Federal de Economia defende a necessidade de revisões adicionais para que acompanhe um mundo cada vez mais dinâmico e em transformação, decorrentes dos avanços tecnológicos e dos novos modelos de negócios, e entende que o debate em torno da Reforma Trabalhista proposta deve evitar a precarização das relações de trabalho, a compressão dos salários, e preservar os direitos já adquiridos dos trabalhadores, no que se refere às normas de segurança e saúde do trabalhador, o direito ao salário mínimo nacional, FGTS, seguro-desemprego, licença-maternidade etc, para a reversão do quadro de desemprego, fortalecimento das instituições, promoção de maior justiça social e alavancagem da competitividade e importância do Brasil no plano mundial.

Brasília, 25 de março de 2017.

Conselho Federal de Economia

7.5 Por uma Previdência Social Justa e Ética

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e o Conselho Federal de Economia - Cofecon, conscientes da importância da Previdência Social para o povo brasileiro, e preocupados com a proposta de reforma encaminhada pelo Executivo ao Congresso Nacional, vêm, conjuntamente, reiterar sua posição sobre a Reforma da Previdência-PEC 287/2016.

Nenhuma reforma que afete direitos básicos da população pode ser formulada, sem a devida discussão com o conjunto da sociedade e suas organizações. A Reforma da Previdência não pode ser aprovada apressadamente, nem pode colocar os interesses do mercado financeiro e as razões de ordem econômica acima das necessidades da população. Os valores ético-sociais e solidários são imprescindíveis na busca de solução para a Previdência.As mudanças nas regras da Seguridade Social devem garantir a proteção aos vulneráveis, idosos, titulares do Benefício de Prestação Continuada-BPC, enfermos, acidentados, trabalhadores de baixa renda e trabalhadores rurais. Atenção especial merecem as mulheres, particularmente na proteção à maternidade. Sem números seguros e sem a compreensão clara da gestão da

Previdência, torna-se impossível uma discussão objetiva e honesta, motivo pelo qual urge uma auditoria na Previdência Social. Não é correto, para justificar a proposta, comparar a situação do Brasil com a dos países ricos, pois existem diferenças profundas em termos de expectativa de vida, níveis de formalização do mercado de trabalho, de escolaridade e de salários. No Brasil, 2/3 dos aposentados e pensionistas recebem o benefício mínimo, ou seja, um salário mínimo e 52% não conseguem completar 25 anos de contribuição.

A PEC 287 vai na direção oposta à necessária retomada do crescimento econômico e da geração de empregos, na medida em que agrava a desigualdade social e provoca forte impacto negativo nas economias dos milhares de pequenos municípios do Brasil.

É necessário que a sociedade brasileira esteja atenta às ameaças de retrocesso. A ampla mobilização contra a retirada de direitos, arduamente conquistados, perceptível nas últimas manifestações, tem forçado o governo a adotar mudanças. Possíveis ajustes necessitam de debate com a sociedade para eliminar o caráter reducionista de direitos.

As entidades infrafirmadas convidam seus membros e as organizações da sociedade civil ao amplo debate sobre a Reforma da Previdência e sobre quaisquer outras que visem alterar direitos conquistados, como a Reforma Trabalhista. Uma sociedade justa e fraterna se fortalece, a partir do cumprimento do dever cívico de cada cidadão, em busca do aperfeiçoamento das instituições democráticas.

Brasília, 19 de abril de 2017.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB
Ordem dos Advogados do Brasil - OAB
Conselho Federal de Economia - Cofecon

7.6 Nota sobre o agravamento da crise político-institucional brasileira (678ª Sessão Plenária)

O Conselho Federal de Economia (Cofecon) vem a público manifestar-se sobre o agravamento da crise política e suas consequências para o ambiente econômico e social do país, que colocam na ordem do dia nova deterioração das expectativas, aumento da incerteza e movimentos especulativos, com o consequente cancelamento e adiamento de decisões de investimentos e ampliação do desemprego.

O Cofecon tem se posicionado de forma crítica em relação à agenda do atual governo, em particular quanto às reformas propostas, em face sobretudo da necessidade de legitimidade e de ampla discussão com a sociedade. Pretender reafirmar a centralidade desta agenda, no atual cenário, por si só contribui para a polarização política, dificultando soluções pactuadas para a crise.

Neste contexto torna-se imprescindível a apuração célere das graves denúncias envolvendo a Presidência e os demais poderes da República, com a estrita observância das normas legais e constitucionais vigentes.

Em havendo vacância do cargo de Presidente da República e, em respeito ao Estado Democrático de Direito, o Cofecon defende que, mediante a aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional, sejam convocadas eleições gerais diretas antecipadas para a Presidência da República, a Câmara dos Deputados e 2/3 do Senado Federal, com mandatos que excepcionalmente finalizem em 2022.

Faz-se também necessária, em meio a um amplo debate nacional, a convocação simultânea de uma Assembleia Constituinte eleita exclusivamente para a realização de uma reforma política, com prazo determinado para o encerramento dos trabalhos.

Somente com a mais ampla discussão na sociedade sobre os melhores caminhos para a economia brasileira poderão ser construídas alternativas legítimas, viáveis e duradouras para a refundação do sistema político-partidário brasileiro, e uma política econômica voltada para a estabilização e retomada do crescimento econômico sob a perspectiva de desenvolvimento social.

Brasília, 20 de maio de 2017.

Conselho Federal de Economia

7.7 Afastar Temer, sustar a agenda de "Reformas" e realizar eleições diretas, passos indispensáveis para a retomada do crescimento econômico

Diante das graves denúncias envolvendo o presidente Temer, o Cofecon emitiu nota sobre o agravamento da crise político-institucional brasileira em 19 de maio, na qual posicionou-se "pela apuração célere das graves denúncias envolvendo a Presidência" e propôs que "em havendo vacância do cargo de Presidente, que sejam convocadas eleições gerais diretas antecipadas para a Presidência da República e para a Câmara dos Deputados e 2/3 do Senado Federal, com mandatos que excepcionalmente finalizem em 2022, mediante a aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional". A nota defendeu ainda "a convocação simultânea de uma Assembleia Constituinte eleita exclusivamente para a realização de uma reforma política, com prazo determinado para o encerramento dos trabalhos".

A nota do Cofecon alertou que "o agravamento da crise política e suas consequências para o ambiente econômico e social do país colocam na ordem do dia nova deterioração das expectativas, aumento da incerteza e movimentos especulativos, com o consequente cancelamento e adiamento de decisões de investimentos e ampliação do desemprego".

Ocorre que, nos últimos 10 dias, novos e graves fatos surgiram: a) a liberação, pela Procuradoria Geral da República, em 20 de maio, da íntegra da gravação da conversa entre Temer e Joesley Batista, da JBS; b) a entrevista do presidente ao jornal Folha de São Paulo em 22 de maio, reconhecendo o teor da gravação; c) a "Marcha dos 100 mil" em Brasília, em 24 de maio, contra as reformas; d) os 13 pedidos de impeachment de Temer já impetrados, em especial o da OAB em 25 de maio; e e) o ato com 150 mil manifestantes no Rio de Janeiro, em 28 de maio, pelo impeachment e pelas Diretas Já. Tratam-se de fatos que aprofundaram ainda mais a crise político-institucional, com consequências negativas para o cenário econômico.

O Conselho Federal de Economia vem, há alguns meses, se posicionando de forma crítica sobre as reformas propostas pelo governo Temer, entendendo que nenhuma delas seria funcional para a retomada do crescimento da economia brasileira, que permanece mergulhada na crise.

Em 8 de outubro de 2016 emitiu nota criticando a PEC do Teto de Gastos, afirmando que "o governo traça um falso diagnóstico, identificando uma suposta e inexistente gastança do setor público, em particular em relação às despesas com saúde, educação, previdência e assistência social, responsabilizando-as pelo aumento do déficit público, omitindo-se as efetivas razões, que são os gastos com juros da dívida pública (responsáveis por 80% do déficit nominal), as excessivas renúncias fiscais, ...Para buscar o reequilíbrio das contas públicas, propõe um conjunto de ações cujos efeitos negativos recairão sobre a população mais vulnerável".

Em 3 de fevereiro de 2017, nota sobre a Reforma da Previdência afirmava que "Posicionamo-nos em defesa da Previdência Social, pública, em seu atual regime de caráter contributivo e solidário e manifestamo-nos de forma crítica à proposta de reforma formulada pelo Governo Federal. O Cofecon entende que correções precisam ser feitas no âmbito da Previdência Social, começando por deixar de reduzir sua receita com isenções e subtrações já mencionadas, e que mudanças nas condições de acesso e nos valores dos benefícios não atinjam os brasileiros mais pobres e vulneráveis, como a proposta do governo o faz".

Já em 25 de março de 2017, posicionou-se sobre a Reforma Trabalhista, defendendo "a ampliação da competitividade das empresas nacionais, dentro de um contexto de uma economia moderna, sem que isso represente a regressão dos direitos dos trabalhadores, conquistados num processo progressista e democrático. O Cofecon entende que se deve evitar a precarização das relações de trabalho, a compressão dos salários, e preservar os direitos já adquiridos dos trabalhadores".

Tanto a permanência de Temer quanto a eleição indireta de um novo presidente manterão a economia brasileira "na UTI" nos próximos 18 meses, com a retração dos investimentos e a consequente ampliação do desemprego, fomentando a desesperança e ampliando o risco de explosão do "caldeirão social". Portanto, afastar Temer, sustar a agenda de "reformas" e realizar eleições diretas são passos indispensáveis para a tão desejada retomada do crescimento econômico.

Júlio Miragaya
Presidente do Conselho Federal de Economia

7.8 Nota sobre Política Industrial e de Inovação (679ª Sessão Plenária)

O Conselho Federal de Economia (Cofecon) considera essencial a instituição de política industrial no país que promova a elevação da produtividade com foco em inovações efetivamente aplicáveis no aumento da complexidade produtiva, a partir do desenvolvimento científico e tecnológico. Essa política precisa ser conduzida por agências públicas articuladas, entre si e com o setor privado, de modo a manter uma coordenação interinstitucional e público-privada.

A economia brasileira encontra-se há 36 anos com a produtividade estagnada e sua continuidade, com o fim do bônus demográfico em poucos anos, levará a contínua retração em sua renda per capita. Contudo, vale ressaltar que primeiro maximizar o que se produz, para depois o Estado redistribuí-lo, não seria o critério mais favorável, por ser passível de reversão por governos com propósito de concentrar a renda. A disseminação de ocupações de alta produtividade favorece a geração massiva de atividades de alta remuneração, que, sendo numa escala que promova o seu transbordamento para os demais setores, é um caminho bem mais estável de elevação da qualidade de vida em geral.

É fundamental que tais políticas tenham foco em setores estratégicos, prioridades e volume significativo de recursos, sendo voltadas para promover a elevação da complexidade produtiva. Nesse sentido, estudos recentes iniciados por dois dos maiores centros acadêmicos de Economia do mundo, Harvard e MIT, têm comprovado empiricamente que os países com estrutura produtiva complexa em geral apresentam elevado nível de qualidade de vida de sua população, sendo, ainda, o seu mais importante indutor. Também a OCDE, em seu Science, Technology and Innovation Outlook (2016), identifica um novo consenso sobre política industrial entre países desenvolvidos e emergentes, motivado pelo interesse em superar efeitos da crise financeira de 2008, readquirir competitividade industrial, impulsionar o ingresso na nova revolução industrial baseada em ciência e tecnologia e incentivar atividades amigáveis ao meio ambiente. Tais referências confirmam a importância da elevação da complexidade produtiva como o caminho mais promissor para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Além de regime macroeconômico favorável, com câmbio competitivo e juros baixos, essa política industrial irá requerer fontes de financiamento diversas, de instituições financeiras e mercado de capitais. O financiamento também com recursos públicos é indispensável, em particular de projetos sem aplicação econômica direta, mas necessários para que inovações sejam desenvolvidas, assim como aqueles de sucesso bastante incerto, mas que precisam ser tentados. Todavia, na atual conjuntura, ao privilegiar o corte de gastos públicos, o governo contingenciou as despesas de 2017 com ciência e tecnologia em 44%, tendo restado valores reais inferiores a um terço dos de 2010. Para 2018, a proposta inicial do Ministério do Planejamento prevê corte de quase 40% em relação ao orçamento deste ano. Tais medidas levarão a perdas de difícil reparação e manutenção do atraso que o Brasil vem acumulando em seu desenvolvimento socioeconômico, em particular científico e tecnológico.

Portanto, o Cofecon propõe: (i) modernização no sistema de ciência, tecnologia e inovação do país, de modo a facilitar e incentivar pesquisas mais focadas em resultados, bem como a diversificar fontes de financiamento; (ii) estruturação de programas de fomento a startups com a participação do setor privado e instituições acadêmicas; (iii) a recomposição dos recursos públicos destinados à ciência e tecnologia, uma vez que essa fonte não é substituível por fontes privadas numa série de situações; (iv) articulação e fortalecimento das instituições envolvidas, em particular as agências federais de fomento da ciência e tecnologia – Capes, CNPq e Finep.

Brasília, 15 de julho de 2017.

Conselho Federal de Economia

7.9 A importância da regulamentação das compensações aos estados pelas perdas com a Lei Kandir (679ª Sessão Plenária)

O Conselho Federal de Economia (Cofecon) vem por meio deste manifesto se posicionar publicamente solicitando prioridade ao Congresso Nacional na tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 221/1998, que corrige a omissão legislativa no tocante às compensações pelas perdas de arrecadação dos estados brasileiros com a Lei nº 87/1996, conhecida amplamente como Lei Kandir.

O Brasil passa por uma grave crise, não se tratando somente de uma crise de caráter macroeconômico ou mesmo política. É, também, uma crise federativa na qual estados e municípios apresentam grave situação de estrangulamento fiscal, o que vem impactando fortemente as suas capacidades de promoção e gestão de políticas públicas. Não restam dúvidas de que as contradições do atual arranjo federativo brasileiro estão na raiz da agudização das desigualdades sociais e regionais. Um novo arranjo precisa ser construído e materializado efetivamente como um "Pacto Federativo", solidificado em novas bases. O ideal é que esta construção ocorra no bojo de uma séria e profunda Reforma Tributária, capaz de discutir com profundidade competências e fontes de arrecadação de cada nível de governo, bem como a lógica tributária de forma transescalar, alterando o status quo e envolvendo elementos que dialoguem com justiça tributária.

Em um contexto mais específico, a não regulamentação do Anexo da Lei Complementar nº 87/1996 – que deveria arbitrar critérios de compensação das perdas dos estados exportadores de bens primários e semielaborados em decorrência da desoneração da cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) – se expressa como um forte exemplo de injustiça federativa imposta aos estados brasileiros, principalmente por prejudicar fortemente as suas capacidades arrecadatórias, bem como, no limite, as suas possibilidades de execução de políticas públicas.

No último mês de junho a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA), órgão de pesquisa do Governo do Estado do Pará, suprimiu a inexistência de dados para o debate ao lançar a Nota Técnica "O Impacto da Lei Kandir na Arrecadação do ICMS dos Estados de 1997 a 2016: Estimativa das perdas com as desonerações das exportações de produtos básicos e semielaborados". Este estudo destaca que no período entre 1997 e 2016 as perdas acumuladas e corrigidas dos estados atingiram o montante de R$ 268,9 bilhões; somente no ano de 2016 os estados brasileiros lograram uma perda líquida de R$ 25 bilhões. A omissão legislativa e a mora aos estados foi confirmada em novembro do ano de 2016 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou que o Congresso Nacional, no prazo máximo de um ano, estabeleça Lei Complementar prevista no art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) com um intuito de instituir um regramento adequado de compensação. Este fato motivou a criação de uma comissão especial mista na Câmara dos Deputados para analisar propostas de alteração da Lei Kandir com base no Projeto de Lei Complementar 221/1998 e apensados, principalmente quanto à definição de um modelo de ressarcimento aos estados e à definição de como o governo federal vai pagar as dívidas acumuladas. É neste sentido que o Cofecon se manifesta publicamente solicitando prioridade ao Congresso Nacional na tramitação deste Projeto de Lei que corrige uma omissão legislativa, e, por conseguinte, uma injustiça federativa para com os estados brasileiros, sobretudo aqueles que possuem uma matriz exportadora de base primária e semielaborada.

O Cofecon destaca que no bojo desta discussão deve ser parametrizado um justo sistema de compensações aos estados e um mecanismo que reponha as perdas acumuladas ao longo do período de vigência desta legislação, sendo recomendável um mecanismo de encontro de contas que permita o abatimento das dívidas dos estados com a União.

A Nota Técnica da FAPESPA encontra-se no sítio eletrônico do Cofecon.

Brasília, 15 de julho de 2017.

Conselho Federal de Economia

7.10 Carta de Belo Horizonte – 22º Congresso Brasileiro de Economia Manifesto em defesa do desenvolvimento econômico, justiça social e democracia

O XXII Congresso Brasileiro de Economia (CBE) ocorre num momento em que o Brasil atravessa sua mais grave crise social, econômica e política. Estão cada vez mais claras as reais motivações do atual governo: desmontar os direitos sociais e os serviços públicos, sustando o processo de inclusão social que estava em curso.

O recém-lançado pacote de privatizações aprofunda o processo de desnacionalização da economia brasileira. A proposta de privatização de empresas de setores estratégicos (Eletrobras, Petrobras, Banco do Brasil e BNDES) significa perda de soberania nacional. Além disso, algumas corporações transnacionais que já não mantinham aqui áreas de pesquisa, inovação e desenvolvimento, estão hoje transferindo plantas industriais para o exterior. Não é recomendável vender patrimônio público estratégico para cobrir déficit orçamentário, muito menos vendê-los em momento de crise econômica, quando os ativos estão desvalorizados. Cabe destacar que ineficiência e corrupção não são justificativas para a privatização e que a legislação dos países hegemônicos proíbe a venda de setores estratégicos ao capital estrangeiro.

No plano fiscal, o contingenciamento orçamentário realizado pelo governo não poupou nem mesmo as áreas de saúde e educação. Os hospitais e as universidades públicas agonizam, resultando na restrição de acesso ao ensino superior e técnico, público e privado. Quanto à questão da Previdência, há que se combater privilégios, mas buscar preservar os direitos da população que mais necessita desses benefícios.

A Constituição Federal de 1988 resgatou direitos historicamente negados e constituiu um tímido Sistema de Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social). Outros programas e políticas para diminuir o déficit social - Bolsa Família, MCMV, SUAS, Luz para Todos - e principalmente, a política de valorização do Salário Mínimo, propiciaram uma melhora da condição de vida da população mais pobre e foi um dos pilares do processo de crescimento com distribuição de renda ocorrido na década passada.

Há a necessidade de se modificar o modelo tributário extremamente regressivo, pois quem tem rendimentos de até 2 salários mínimos tem carga tributária total de 49% (3% de tributos diretos e 46% de indiretos); aqueles com rendimentos acima de 30 salários mínimos têm carga tributária de 26% (10% de tributos diretos e 16% de indiretos) e, para os com rendimentos acima de R$ 3 milhões anuais, a carga tributária total é de apenas 8%. O Estado gasta muito com transferências para os que estão no topo da pirâmide social, mediante juros da dívida pública, subsídios creditícios, desonerações e isenções fiscais, sacrificando os programas e políticas sociais. Também os micro e pequenos empresários, que respondem pela geração de mais de 50% dos empregos no país, têm sido massacrados pela Política Macroeconômica. Neste sentido, propomos medidas tais como a imediata reinstituição da tributação sobre lucros e dividendos, pessoa física.

Ademais, a necessária Reforma Tributária que se apresenta deve levar em consideração também elementos que conduzam o país a construção de um arranjo federativo que prime por mais justiça e equidade regional.

O surgimento recorrente de graves denúncias aprofunda a crise política brasileira, deteriora ainda mais o ambiente econômico e social do país e aumenta o grau de incerteza, terreno fértil para especulação financeira, com consequências negativas sobre os investimentos, emprego e renda. Ainda assim, a combinação de um ambiente externo favorável e a existência de ampla capacidade ociosa de fatores com reflexos sobre a inflação e a trajetória de taxa de juros, colocam um possível cenário de lenta retomada de crescimento da economia. O discurso em prol das reformas trabalhista e previdenciária com o objetivo de resgatar a confiança e reduzir o "Custo-Brasil", atribuindo ao custo do trabalho o fator determinante para a baixa competitividade de nossa economia, despreza outros fatores: elevada taxa de juros, câmbio apreciado, insuficiente e precária infraestrutura, baixa qualificação da mão de obra e baixíssimo investimento em inovação.

Os bancos e as grandes corporações pretendem impor seus interesses ao conjunto da sociedade. É imperativo que a vontade soberana do povo esteja acima dos anseios e receios do mercado. Mantidas as atuais políticas, dificilmente atingiremos as condições para o crescimento inclusivo e com distribuição da

renda. Pior, compromete a possibilidade de implementar políticas públicas por meio da estrutura do Estado pós privatização.

Da mesma forma nos manifestamos em favor da necessidade de ações que nos conduzam a construção de um país mais ético e probo, defendendo que medidas de combate a corrupção tenham continuidade em todos os níveis de governo, bem como nos poderes legislativo e judiciário.

Nós, congressistas reunidos no XXII Congresso Brasileiro de Economia, subscrevemos este documento e constituímos o Movimento em defesa do desenvolvimento econômico, justiça social e democracia.

Belo Horizonte, 8 de setembro de 2017.

Conselhos Regionais de Economia

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 1ª REGIÃO - RJ
Av. Rio Branco, 109 - 16º e 19º andares - Centro
Rio de Janeiro / RJ CEP 20.040-906
Telefones: (21) 2103-0178/ Fax: (21) 2103 -0106
Presidente: José Antonio Lutterbach Soares
Vice-Presidente: Sidney Pascoutto da Rocha

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 2ª REGIÃO - SP
Rua Líbero Badaró, 425 - Ed. Grande São Paulo, 14º andar - Centro
São Paulo / SP CEP 01009-905
Telefones:(11) 3291-8700 / Fax: (11) 3291-8701
Presidente: Manuel Enriquez Garcia
Vice-Presidente: Francisco Prisco Neto

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 3ª REGIÃO - PE
Rua do Riachuelo, Ed. Círculo Católico, 105 sala 212 - Boa Vista
Recife / PE CEP 50050-400
Telefones:(81) 3222-0758 / 3221-2473/ Fax: (81) 3222-0758
Presidente: Ana Cláudia Arruda Laprovitera
Vice-Presidente: Fernando de Aquino Fonseca Neto

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 4ª REGIÃO - RS
Rua Siqueira Campos, 1184 - Conj 601-606 / 6º andar - centro
Porto Alegre / RS CEP 90010-001
Telefones:(51) 3254-2600 / (51) 3254-2601 (fax)
Presidente: Simone Magalhães
Vice-Presidente: Darcy Francisco Carvalho dos Santos

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 5ª REGIÃO - BA
Rua Frederico Simões nº 98 Ed. Advanced Trade Center sala 505 - Caminho das Árvores - Pituba
Salvador / BA CEP 41820-774
Telefones:(71) 3341-1597
Presidente: Vitor César Ribeiro Lopes
Vice-Presidente: Marcos Emerson Verhaine

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 6ª REGIÃO - PR
Rua Professora Rosa Saporski, nº 989, Mercês
Curitiba / PR CEP 80.810-120
Telefones:(41)3336-0701/ Fax: (41) 3336-0701
Presidente: Eduardo Moreira Garcia
Vice-Presidente: Celso Bernardo

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 7ª REGIÃO - SC
Rua Trajano, 265 - 12º andar - Centro
Florianópolis / SC CEP 88.010-010
Telefones:(48) 3222-1979/ Fax: (48) 3222-1979
Presidente: Paulo Roberto Polli Lobo
Vice-Presidente: Horst Schroeder

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 8ª REGIÃO - CE
Avenida Antônio Sales, 1317 - sala 102 - ED. Nordeste Center / Bairro Joaquim da Távora
Fortaleza / CE CEP 60.135-100
Telefones:(85) 3246-1551/ Fax: (85) 3246-0723
Presidente: Edilson Azim Sarriune
Vice-Presidente: Carlos Eduardo dos Santos Marino

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 9ª REGIÃO – PA/AP
Rua Jerônimo Pimentel, 918 - Umarizal
Belém / PA CEP 66.055-000
Telefones:(91) 3242-0207/ Fax: (91) 3223-1988
Presidente: Nélio Geraldo Bordalo Filho
Vice-Presidente: Raul Paulo Sarmento

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 10ª REGIÃO - MG
Rua Paraíba, 777 - Funcionários
Belo Horizonte / MG CEP 30.130-140
Telefones:(31) 3261-5806/ Fax: (31) 3261-8127
Presidente: Antonio de Pádua Ubirajara e Silva
Vice-Presidente: Pedro Paulo Moreira Pettersen

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 11ª REGIÃO - DF
Setor Comercial Sul, Quadra 4, Bloco A, sala 202 Edifício Embaixador
Brasília / DF CEP 70.300-907
Telefones:(61) 3964-8366/(61) 3964-8368/ Fax: (61) 3964-8368
Presidente: Maria Cristina Araújo
Vice-Presidente: Ronalde Silva Lins

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 12ª REGIÃO - AL
Rua Dias Cabral, 165, 1º andar - Centro
Maceió / AL CEP 57.020-250
Telefone: (82) 3221-3850
Presidente: Maurílio Procópio Gomes
Vice-Presidente: José Alex Tenório da Costa

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 13ª REGIÃO - AM
Rua Leonardo Malcher, 768 - CENTRO
Manaus / AM CEP 69.010-170
Telefones:(92) 3234-2421 / 3622-7880 / 3622-2826/ Fax: (92) 3234-2421
Presidente: Nelson Azevedo dos Santos
Vice-Presidente: José Guilherme Fonseca de Azevedo

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 14ª REGIÃO - MT
Rua 06 - Quadra 11 - Lote 02 - Palácio PAIAGUÁS
Cuiaba / MT CEP 78.050-900
Telefones:(65) 3644-1607
Presidente: Evaldo Silva
Vice-Presidente: Ricardo Augusto Moreira da Silva

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 15ª REGIÃO - MA
Av. Jerônimo de Albuquerque, s/ nº, Casa do Trabalhador, sala 104 - Calhau
São Luís / MA CEP 65.074-220
Telefones:(98) 3246-1784
Presidente: Heric Santos Hossoé
Vice-Presidente: Jadson Pessoa da Silva

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 16ª REGIÃO - SE
Rua Duque de Caxias, 398 - São José
Aracaju / SE CEP 49.015-320
Telefones:(79) 3214-1883 / 3214-0173/ Fax: (79) 3211-7826
Presidente: Lion Rodrigues Schuster
Vice-Presidente: Giselia Maria Santos Bezerra

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 17ª REGIÃO - ES
Rua Alberto de Oliveira Santos, 42 - sl. 1903/1904 - CENTRO
Vitória / ES CEP 29.010-250
Telefones:(27) 3222-1985/ 3233-0618/ Fax: (27) 3222-1985
Presidente: Eduardo Reis Araújo
Vice-Presidente: Danielle Santos do Nascimento Seddon

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 18ª REGIÃO - GO
Av. 86, nº 617 - Setor Sul
Goiânia / GO CEP 74.083-330
Telefones:(62) 3218-3311/ Fax: (62) 3218-3311
Presidente: Geraldo Almeida Silva
Vice-Presidente: Edilson Gonçalves de Aguiais

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 19ª REGIÃO - RN
Rua Princesa Isabel, 815, Cidade Alta
Natal / RN CEP 59.025-400
Telefones:(84) 3201-1005 / 3201-1655/ Fax: (84) 3201-1655
Presidente: Ricardo Valério Costa Menezes
Vice-Presidente: Pedro Segundo de Mendonça

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 20ª REGIÃO - MS
Rua 14 de Julho 371, Centro
Campo Grande / MS CEP 79.004-390
Telefones:(67) 3356-4796 / (67) 3356-7405/ Fax: (67) 3382-0490
Presidente: Thales de Souza Campos
Vice-Presidente: Enrique Duarte Romero

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 21ª REGIÃO - PB
Av. Epitácio Pessoa, 2491, sala 04 (1º andar) Bairro dos Estados
João Pessoa / PB CEP 58030-002
Telefones:(83) 3241-1089/ Fax:(83) 3241-1089
Presidente: João Bosco Ferraz de Oliveira
Vice-Presidente: Manoel de Deus Alves

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 22ª REGIÃO - PI
Rua Felix Pacheco, 1680 - CENTRO
Teresina / PI CEP 64.001-160
Telefones:(86) 3221-7337/ Fax: (86) 3221-0169
Presidente: Edson Chaves Ferreira
Vice-Presidente: Antonio de Lisboa Lopes de Araújo

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 23ª REGIÃO - AC
Av Ceará, 3201 - 1º Piso, Alto da Convel Abraão Alab
Rio Branco / AC CEP 69.918-084
Telefone: (68) 3227-3490
Presidente: Alessandro Callil de Castro
Vice-Presidente: Marcos Maurício Cordeiro Lopes

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 24ª REGIÃO - RO
Av. Calama, 2300, sala 11 - Galeria Garden - Bairro São João Bosco
Porto Velho / RO CEP 78902-040
Telefones:(69) 3224-1452/ Fax: (69) 3224-1452
Presidente: Júlio Cezar Ramos Nogueira
Vice-Presidente: Maria Geânia de Souto

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 25ª REGIÃO - TO
Quadra 104 Sul (ACSE 01) Conjunto 04, Lote 12,Sala 106. C/ Avenida LO 01.
Palmas / TO CEP 77020-020
Telefones:(63) 3215-2886
Presidente: Higor de Sousa Franco
Vice-Presidente: Matheus Barbosa da Silva

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 27ª REGIÃO - RR
Avenida Major Williams, nº 2108, Bairro: São Francisco
Boa Vista / RR CEP 69.301-110
Telefones:(95) 3624-1517
Presidente: Florêncio Costa de Melo
Vice-Presidente: Cicero Ivo Moura Bezerra